

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	7
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	8
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	9
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	10
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	11
1.10 Informações de sociedade de economia mista	13
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	14
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	15
1.13 Acordos de acionistas	16
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	17
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	18
1.16 Outras informações relevantes	19
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	20
2.2 Resultados operacional e financeiro	29
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	32
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	34
2.5 Medições não contábeis	35
2.6 Eventos subsequentes as DFs	37
2.7 Destinação de resultados	38
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	42
2.10 Planos de negócios	43
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	45
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	46
3.2 Acompanhamento das projeções	47

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	48
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	53
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	55
4.4 Processos não sigilosos relevantes	56
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	67
4.6 Processos sigilosos relevantes	68
4.7 Outras contingências relevantes	74
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	75
5.2 Descrição dos controles internos	77
5.3 Programa de integridade	79
5.4 Alterações significativas	82
5.5 Outras informações relevantes	83
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	84
6.3 Distribuição de capital	85
6.4 Participação em sociedades	86
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	87
6.6 Outras informações relevantes	89
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	90
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	93
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	94
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	95
7.4 Composição dos comitês	98
7.5 Relações familiares	101
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	102
7.7 Acordos/seguros de administradores	103
7.8 Outras informações relevantes	104
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	105

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	110
8.3 Remuneração variável	114
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	116
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	120
8.6 Outorga de opções de compra de ações	121
8.7 Opções em aberto	122
8.8 Opções exercidas e ações entregues	123
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	125
8.10 Outorga de ações	126
8.11 Ações entregues	127
8.12 Precificação das ações/opções	128
8.13 Participações detidas por órgão	130
8.14 Planos de previdência	131
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	132
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	134
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	135
8.18 Remuneração - Outras funções	136
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	137
8.20 Outras informações relevantes	138
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	139
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	140
9.4 Outras informações relevantes	141
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	142
10.1 Descrição dos recursos humanos	143
10.2 Alterações relevantes	144
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	145
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	147
10.5 Outras informações relevantes	148
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	149

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	150
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	153
11.3 Outras informações relevantes	154
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	155
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	157
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	158
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	164
12.5 Mercados de negociação no Brasil	165
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	166
12.7 Títulos emitidos no exterior	
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	167
12.9 Outras informações relevantes	168
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	169
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	170

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

As atividades do Grupo Lupatech tiveram início em 08 de agosto de 1980, com a criação da Microinox, uma planta de fundição dedicada à fabricação de peças microfundidas, na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Em 1984, fazendo uso da sua base industrial, foi criada a Valmicro, empresa dedicada à manufatura de válvulas industriais em aço microfundido, marcando a entrada da empresa no negócio de válvulas.

Em 1987, a empresa recebeu o primeiro de quatro aportes de capital de fundos de capital empreendedor, da CRP – Companhia Riograndense de Participações.

Em 1992, a empresa iniciou sua expansão no exterior e deu o primeiro passo na indústria de petróleo e gás, adquirindo a Esferomatic, fabricante de válvulas Argentina. A empresa foi vendida em 1998.

Expandindo o escopo das tecnologias de manufatura, em 1995, foi criada a Steelinject, dedicada a fabricação de peças de aço injetado.

À mesma época, a empresa recebeu o segundo aporte de capital de terceiros, realizado pelo Bozano Simonsen Advent – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes.

Em 2000, foi adquirida a Metalúrgica Nova Americana – MNA, importante fabricante nacional de válvulas de esfera para a cadeia petroleira.

Subsequentemente, em 2001, através do BNDESpar, houve a subscrição de debêntures conversíveis da Companhia, que foram convertidas em 2003 integrando a terceira rodada de investimentos.

Em 2003 e 2005, ocorreram o terceiro e o quarto aporte de investimentos de *Private Equity*, realizado pelo Fundo GP Investimentos e pela Natexis Mercosul Fund – Axxon Group.

Também em 2005, foi efetuada a aquisição de uma segunda planta de fundição por Microfusão, a Carbonox, na cidade de Veranópolis - RS.

Em 2006, a empresa estreou na bolsa de valores. Através do seu IPO, houve a captação de R\$155 milhões em novos recursos.

Ainda em 2006, ocorreu a aquisição da fabricante de válvulas de bronze e latão Metalúrgica Ipê - ou Mipel. Aproveitando-se da marca Mipel, foi criada uma fábrica de válvulas de aço no conjunto industrial da Carbonox.

Com foco em ampliar suas atividades na indústria de petróleo e gás, no mesmo ano, a empresa voltou à Argentina adquirindo novamente as fabricantes de válvulas Esferomatic e a Valbol, e a fundição Itasa. Em 2007, foi adquirido o negócio de cabos de ancoragem de plataformas offshore da Cordoaria São Leopoldo – primeira aquisição fora da atividade metal-mecânica.

A empresa passou participar do negócio de serviços petroleiros, com diversas aquisições de empresas atuantes no negócio: Gasoil Serviços Ltda (Oil & Gas) e K&S (Tubular Services), ambas adquiridas em 2007, e Fiberware Equipamentos e Serviços para Industria Ltda., adquirida em 2008.

À mesma época, ocorreu a última aquisição feita pela companhia no negócio de válvulas, com a compra da fabricante Tecval.

Em 2007 e 2008 a empresa emitiu *Bonds* perpétuos no mercado americano, captando o montante de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente.

Em 2010, a empresa criou uma fábrica de tubos de revestimento em fibra de vidro (Fiber Liners) para atender a demanda gerada pelos contratos de serviços em tubos para a Petrobras.

A partir de 2010, em consequência do ciclo de aquisições financiado por endividamento a Companhia passou a ter dificuldades de servir seu endividamento.

1.1 Histórico do emissor

Em 2012, foi promovida a incorporação das empresas brasileiras da San Antonio Internacional, empresa dedicada a serviços de sondagem e perfuração em poços de petróleo. A operação veio acompanhada de uma chamada de capital de até R\$ 700 milhões, que não captou o montante almejado, restringindo-se a R\$ 375 milhões, providos principalmente pelos então controladores.

Em decorrência da capitalização insuficiente, da rápida deterioração dos resultados, e de passivos não conhecidos trazidos pelas empresas San Antonio, a situação financeira do Grupo Lupatech deteriorou-se, levando à um pedido de recuperação extra-judicial, deferido em setembro de 2014.

O acordo extra-judicial abarcou credores financeiros e viabilizou a conversão de 85% da dívida financeira em ações da Lupatech S.A..

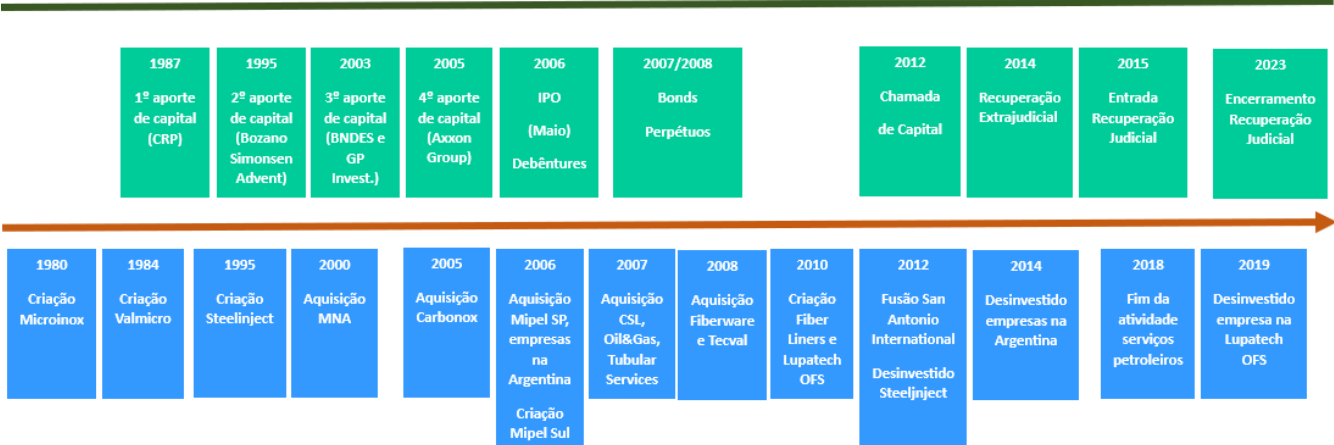
Com a crise que se instalou no setor petroleiro a partir do final de 2014, com a queda abrupta dos preços do petróleo entre o quarto trimestre daquele ano e o primeiro trimestre de 2015, somada aos efeitos da operação Lava-Jato sobre os negócios do setor no Brasil, as premissas do plano extra-judicial tornaram-se rapidamente obsoletas.

Foi necessária então uma nova reestruturação por meio de recuperação judicial, pedida em 25 de maio de 2015. Por meio da recuperação judicial, a empresa reestruturou todos os seus passivos sujeitos, desinvestiu de negócios no exterior e de investimentos não estratégicos e, principalmente, cessou suas atividades no negócio de serviços petroleiros.

A empresa focou-se então apenas em negócios de manufatura, tendo suas atividades hoje concentradas em duas áreas de negócio (i) negócios metal-mecânicos, que agrupam as atividades de manufatura de válvulas e outros equipamentos, bem como fundição, e (ii) negócios baseados em fibras sintéticas de alta performance, englobando produtos de cordoaria como cabos de ancoragem offshores, cabos navais e de levantamento de cargas, e produtos à base de materiais compósitos, tais como tubos e postes de fibra de vidro.

A empresa teve o encerramento da sua recuperação judicial decretado em 14 de março de 2023.

Linha do tempo – histórico LUPATECH



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A empresa tem suas atividades focadas em duas áreas de negócios de manufatura (i) negócios metal-mecânicos, que agrupam as atividades de manufatura de válvulas e outros equipamentos, bem como fundição, e (ii) negócios baseados em fibras sintéticas de alta performance, englobando produtos de cordoaria como cabos de ancoragem offshores, cabos navais e de levantamento de cargas, e produtos a base de materiais compósitos, tais como tubos e postes de fibra de vidro.

Segue abaixo uma breve descrição das atividades desenvolvidas em cada uma das unidades fabris do grupo:

Lupatech Ropes - São Leopoldo (RS): produz cabos de fibras sintéticas para aplicação naval, reboque, *lifting*, *mooring hawsers* e ancoragem de plataformas de petróleo em águas profundas e ultra profundas.

Lupatech Nova Odessa (SP): produz Válvulas (esfera, gaveta, globo e retenção) sob encomenda para aplicações principalmente em Óleo e Gás, vendidas sob as marcas MNA e Tecval, bem como outros produtos voltados para a indústria petroleira.

Lupatech Veranópolis (RS): Atua na produção e comercialização de válvulas industriais, sob as marcas Valmicro e Mipel, vendidas por canais diretos e indiretos para clientes dos setores: químico, farmacêutico, indústria de petróleo e gás, alimentícia, de máquinas e equipamentos, de papel e celulose, petroquímica, dentre outros. Fornece também componentes fundidos para clientes de diversos segmentos industriais.

Lupatech Feliz (RS): atua na fabricação de peças em materiais compósitos, em especial de tubos em polímero reforçado com fibras de vidro para uso em revestimentos internos de tubos de produção de petróleo e de postes poliméricos reforçados com fibras de vidro para distribuição e transmissão de energia elétricas, assim como postes para iluminação pública, cruzetas e postes de entrada de energia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Segmento de Produtos: Válvula Esfera, Válvula de Controle, Válvula Borboleta, Atuadores Pneumáticos, Válvulas Especiais, Válvula Gaveta, Válvula Globo, Válvula Retenção, Filtro Y, Junta de Expansão, Itens de Reposição, Cabos de Fibras Sintéticas, Tubos, Camisas, Postes e Artefatos em materiais compósitos.

Segmento de Serviços: Projetos (design e cálculos estruturais) e desenvolvimento de componentes em materiais compósitos para fins diversos, serviços e soluções para revestimento interno e recuperação de tubos de produção de petróleo e injeção de água produzida. A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros até meados de 2017, do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
Segmento de Produtos	109.629	99,3%	93.439	99,9%	54.332	99,5%
Segmento de Serviços	761	0,7%	114	0,1%	254	0,5%
Total Receita Líquida	110.390	100,0%	93.553	100,0%	54.586	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não divulgamos a participação dos nossos segmentos de atuação no nosso Resultado Líquido nos últimos 3 exercícios sociais. Os nossos resultados por segmento de atuação são apresentados somente até o Resultado Bruto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Válvulas: são produzidas principalmente a partir de componentes metálicos em aço, produzidos internamente por fundição, ou adquiridos de terceiros. Os componentes são usinados em equipamentos diversos como tornos, centros de usinagem e mandriladoras, após o que são montados. No processo de montagem são utilizadas também diversos componentes adquiridos de terceiros, como vedações, fixadores, atuadores e redutores. Após a montagem, a válvula é testada e pintada.

Peças fundidas: as peças fundidas, seja para consumo interno ou para venda a terceiros, são conformadas a partir do derretimento de sucata de aço, cuja formulação é ajustada com a introdução de aditivos para formar a liga desejada. O principal processo utilizado na companhia é a fundição a cera perdida, ou microfusão, podendo ser utilizadas outras tecnologias conforme o caso.

Cabos e cordas: são produzidos a partir do trançamento de fios sintéticos diversos em equipamentos especializados.

Materiais compósitos: tubos e postes são fabricados através do processo de enrolamento (*filament winding*), em que a fibra é banhada em resina, enrolada sobre um mandril giratório e depois curada para que o produto possa ser desmoldado e receber o acabamento por lixação, pintura etc.

b. características do processo de distribuição

Na comercialização dos seus produtos, a companhia atende diretamente os seus principais clientes, mas determinados produtos e segmentos são atendidos pelo canal indireto com o uso de revendedores e distribuidores. A companhia possui equipe de vendas interna e usa também representantes comerciais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Não é possível quantificar exatamente a participação da companhia em cada um dos mercados em que atua, seja pela dificuldade de obter dados oriundos de relações *business to business*, seja pela dificuldade em definir os mercados em si.

No negócio de válvulas a empresa é tradicionalmente uma das líderes em seus segmentos de atuação, possuindo um dos maiores parques fabris da América Latina.

No negócio de cabos, a empresa tem uma das maiores bases instaladas de cabos de ancoragem em águas profundas do mundo, em que pese a sua atividade ter encolhido a reboque da crise financeira por que passou.

No negócio de materiais compósitos, a empresa tem posição de liderança na fabricação de tubos de revestimento, e em postes sua atuação apenas está começando.

ii. condições de competição nos mercados

Todos os mercados em que a empresa atua há competição tanto de concorrentes locais como internacionais, seja por meio de fabricação local, seja por importação.

A competição existe independente do grau de valor adicionado e tecnologia dos produtos.

Há segmentos onde existe maior rivalidade e concorrência por preços, outros onde há maior estabilidade.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

d. eventual sazonalidade

Os produtos da companhia não são no geral sazonais, ressalvadas exceções em segmentos vinculados à clientes sazonais, como por exemplo agroindústrias e sucoalcooleiras.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os insumos da companhia são adquiridos de empresas privadas, não sujeitos a regulação governamental (exceção para energia e utilidades). A empresa adquire produtos e componentes da China, onde o controle estatal sobre os empreendimentos pode ser exercido por vias formais ou informais.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A empresa não depende de nenhum fornecedor em particular, havendo várias alternativas em todos os segmentos de aquisição. As ofertas de insumos e componentes no país são, contudo, restritas em comparação com as alternativas internacionais, devido ao tamanho do mercado local. A atratividade dos preços locais versus internacionais oscila com frequência, de forma que a Companhia avalia constantemente as opções.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

A maior parte dos insumos adquiridos pela Companhia são produtos intermediários, e, portanto, tem grande componente de matérias primas, estas por sua vez commoditizadas. Assim, há razoável volatilidade no preço dos insumos, podendo as flutuações ocorrerem em velocidade maior que a de cumprimento dos contratos junto aos clientes, o que pode afetar as margens negociadas. Na maioria das vezes não é possível obter proteção contra essas flutuações de preços.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Petrobras e suas subsidiárias frequentemente representam uma concentração de receitas superior a 10%, tendo sido esta nos últimos 3 exercícios como segue:

% da Receita Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
Petrobras	21%	22%	19%
Outros clientes com mais de 10% individualmente	N/A	N/A	16%
Número de Outros clientes	N/A	N/A	1

A Companhia tem acordos de confidencialidade com seus clientes que a impedem de identificá-los. Contudo, determinados segmentos de atuação costumam concentrar compras elevadas e gerar potenciais concentrações superiores a 10% da receita em um determinado período. Por exemplo: empresas de EPC (*Engineering Procurement and Construction*) dedicadas à construção de embarcações FPSOs (*Floating Production Storage and Offloading*), transporte e distribuição de gás, petroleiras, adquirentes de peças fundidas, e outros.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Petrobras afetam principalmente os negócios de válvulas e cabos de ancoragem e navais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas plantas industriais necessitam de licenciamento de suas atividades junto as esferas municipais, estaduais e federais. Tais licenças, uma vez obtidas, precisam ser renovadas periodicamente.

O histórico das nossas relações com a administração pública não é conflitivo.

- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Apesar de nossas atividades não serem poluidoras, os licenciamentos na esfera ambiental têm se tornado progressivamente mais trabalhosos, com ocasionais pedidos de contrapartidas dissociadas das atividades em si, como por exemplo exigências de obras civis no entorno das fábricas.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Nossos negócios possuem marcas que consideramos relevantes para o desempenho dos negócios. O registro dessas marcas é mantido em território nacional.

Atualmente não licenciamos patentes ou outras propriedades intelectuais de terceiros. Ocasionalmente buscamos proteção patentária de certos elementos de nossos produtos ou processos de fabricação.

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- ii. em favor de partidos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há histórico de contribuições diretas a partidos, candidatos ou políticos. As políticas da empresa vedam.

A empresa participa de associações, como a Abimaq, que, dentre outras atividades, atuam junto aos órgãos de Estado em prol do interesse dos seus associados, podendo tal atuação se relacionar à formulação de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas no Brasil (R\$ mil)	2020	2021	2022
Receita Líquida	53.750	88.256	94.037
% Receita Total	98%	94%	85%

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas de Exportação (R\$ mil)			
País Estrangeiro	2020	2021	2022
China	0%	4%	13%
Outros países	2%	2%	2%
Receita Líquida	836	5.297	16.353
% Receita Total	2%	6%	15%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não se vislumbra aspectos relevantes da regulação desses países com os negócios da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O emissor não divulga informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O emissor não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG
- ii. a não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Em razão da reestruturação financeira e do baixo nível de atividade atual das unidades fabris, as atividades relativas à divulgação e monitoramento de atividades ASG não foram implementadas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

O emissor não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de ativos relevantes nos três últimos exercícios. Sobre o histórico anterior da Companhia, referir-se ao item 1.1.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não houve operações destas naturezas envolvendo a Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não foram celebrados acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

À medida que ocorreram investimentos e desinvestimentos por parte da Companhia, a forma de conduzir seus negócios foi alterada *ad hoc* em função dos requerimentos dos negócios.

Houve momentos em que a governança corporativa foi substancialmente alterada: com a entrada sócios capitalistas nos primórdios da Companhia, e, após a abertura de capital, por ocasião as trocas de controle resultantes da incorporação das empresas San Antonio pelo grupo, posteriormente com a pulverização do capital em setembro de 2014 por conta da recuperação extrajudicial, em 2017 com a saída do BNDES do capital da Companhia. Desde então o capital da empresa é substancialmente pulverizado, não havendo acionista controlador.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Por conta da sua recuperação judicial, a Companhia teve plano de recuperação judicial homologado, bem como dois aditivos subsequentes. Estes instrumentos vinculam os credores sujeitos à recuperação judicial das classes I, II, III e IV, e estabelecem todos os termos afetos ao endividamento.

Os instrumentos mencionados, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de Ri da Companhia:

<https://ri.lupatech.com.br/pt/recuperacao-judicial>

A recuperação judicial também ensejou a homologação de seus termos nos EUA sob procedimento de *Chapter 15*, que resultou na emissão de novas Notes e Warrants naquela jurisdição

Os instrumentos mencionados, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de Ri da Companhia:

<https://ri.lupatech.com.br/pt/noteswarrants-documents>

Em 8 de fevereiro de 2023, conforme fator relevante divulgado, a Companhia firmou acordo vinculante com a BPS CAPITAL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 30.197.332/0001-79 ("BPS"), para a emissão e compromisso subscrição de debêntures conjugadas com bônus de subscrição.

O acordo, já implementado, oportunizou a emissão de 101 debêntures mandatoriamente conversíveis no valor total nominal de R\$ 10,1 milhões, às quais são conjugadas a 17.735.600 bônus de subscrição. Os Bônus de Subscrição permitem a subscrição de ações com créditos das classes II, III e IV da recuperação judicial da Companhia.

Os instrumentos mencionados, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de Ri da Companhia:

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3574_2023.03.24-Aviso-aos-Acionistas_04-Emissao-Debentures_Final_.pdf

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3572_2023.03.24-RCA-007.23-4-Emissao-de-Debentures_e-outros-assuntos_relacionados_e_anexos.pdf

Neste tópico, podem ser de interesse os contratos envolvendo transformação societária, aquisições e alienações. Vide tópicos anteriores.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupatech busca superar a crise econômico-financeira e reestruturar seus negócios, através de um processo de Recuperação Judicial com o intuito de preservar a sua atividade empresarial, recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

Em 2022, a Lupatech cresceu sua receita líquida em 18%. Foram 15% em Válvulas e praticamente 100% em Cabos e Compósitos. São percentuais expressivos, mas que ainda não espelham todo o potencial de demanda dos nossos mercados. A carteira de pedidos firmes encerrou o ano de 2022 em R\$ 74 milhões, sendo que no ano anterior o número era de R\$ 55 milhões – um salto de 35%. Essa carteira representa uma proporção relevante em relação às receitas de 2022.

A rentabilidade das vendas do ano, medida pela margem bruta, foi de 23%, representando uma queda em relação ao ano anterior (27,1%). A principal razão para a margem mais baixa no período foi o custo mais alto na aquisição de insumos, decorrente da súbita escalada inflacionária internacional e da decisão de adquirir localmente, a um custo maior, certos componentes e materiais, evitando os prazos mais longos e incertos de importação, a fim de mitigar atrasos nas entregas a clientes.

No ano de 2022, foi apurado um lucro líquido de R\$ 55 milhões, o qual teve a contribuição positiva do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição passíveis de aproveitamento por rentabilidade futura. A Lupatech e suas controladas possuem direitos de compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da casa de R\$ 1.9 bilhões, sendo cerca de metade desse valor na Lupatech S.A. Esse aproveitamento é limitado à compensação de 30% do lucro tributável de cada exercício. À alíquota vigente de 34%, esse crédito poderia representar uma economia tributária da ordem de R\$ 630 milhões. Para efeitos contábeis, o registro do direito à conta de impostos diferidos no ativo da Companhia respeita parâmetros de estimativas técnicas e normas contábeis, de sorte que foi reestabelecido no atual balanço um saldo de R\$ 103 milhões.

Em dezembro de 2022, a Companhia submeteu pedido de adesão ao Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, instituído pela Portaria PGFN 8.798/2022 ("QuitaPGFN"). O QuitaPGFN permite, entre outros, a quitação antecipada de saldos de acordos de transação combinando pagamentos em dinheiro e com créditos de prejuízo fiscal do Imposto de Renda e de base negativa da CSLL. A utilização dos referidos créditos abarca até 70% (setenta por cento) do saldo devedor dos acordos de transação incluídos no pedido, proporcionando um benefício de redução no saldo de passivos tributários de R\$ 20,9 milhões então parcelados para pagamento em dinheiro. Após o abatimento com créditos tributários, deverão ser pagos em dinheiro R\$ 8,5 milhões divididos em 12 (doze) parcelas mensais. Os pleitos de adesão da Companhia foram substancialmente deferidos.

Em janeiro de 2023, a Companhia apresentou em juízo pedido de encerramento do seu processo de recuperação judicial. Em 14 de março de 2023, foi prolatada sentença decretando o encerramento da recuperação judicial.

O encerramento da recuperação judicial é um marco relevante na história da companhia. O pedido foi efetuado em 25 de maio de 2015, de sorte que o esforço de reestruturação dos passivos e das operações da companhia durou quase 8 anos. Espera-se, naturalmente, que o fim do processo tenha impacto positivo na relação da companhia com seus clientes, fornecedores, investidores e financiadores, tendo em vista as limitações que a situação da companhia impunha a esses parceiros.

Oportunidades estratégicas de acelerar a retomada da atividade e/ou mitigar riscos de continuidade por meio de fusões e aquisições são continuamente monitoradas pela Administração.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Ativo Circulante	231.140	181.288
Ativo Não Circulante	271.886	391.814
Passivo Circulante	85.303	118.650
Passivo Não Circulante	272.652	266.746
Liquidez Corrente	2,71	1,53
Liquidez Geral	1,41	1,49
Dívida Líquida	109.641	142.483
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	(770)	(3.349)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	Inferior a zero	Inferior a zero

O endividamento financeiro total apresentou aumento de 16%, comparando o exercício de 2022 ao exercício de 2021. Devido, principalmente à captação de recursos junto a instituições financeiras para financiar a expansão da atividade.

b. estrutura de capital

A Estrutura de Capital, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). A composição da Estrutura de Capital é calculada dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, divide-se o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$, exceto percentuais)	2021	2022
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	357.955	385.396
Endividamento Financeiro Total	128.818	155.654
Outros passivos circulante e não circulante	229.137	229.742
Patrimônio Líquido	145.071	187.706
Estrutura de Capital		
% Patrimônio Líquido	53,0%	54,7%
% Endividamento Financeiro Total	47,0%	45,3%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	357.955	385.396
Passivo Total	503.026	573.102
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	71,2%	67,2%

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com Estrutura de Capital composta de 45,3% de Endividamento Financeiro Total e 54,7% de Patrimônio Líquido. Em 2021 a Companhia possuía Estrutura de Capital composta de 47% de Endividamento Financeiro Total e 53% de Patrimônio Líquido. O Endividamento Financeiro Total atualmente é composto por credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras),

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

linhas de financiamento para equipamentos com o BNDES, Títulos Descontados com coobrigação e Títulos de Crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Atualmente, 71,1% do valor total do endividamento encontra-se no longo prazo, reduzindo significativamente a pressão de curto prazo no caixa da empresa para pagamento de tal endividamento.

O endividamento de curto prazo corresponde a dívidas com o BNDES, Títulos de Crédito e Títulos Descontados com coobrigação. Demais montantes, correspondem a dívidas que serão pagas de acordo com o Plano de Recuperação Judicial.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
(Em milhares de R\$)		
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Não Sujeito à Recuperação Judicial	34.870	49.977
Endividamento Financeiro de Curto Prazo - Sujeito à recuperação Judicial	3.361	4.331
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Não Sujeito à Recuperação Judicial	-	5.820
Endividamento Financeiro de Longo Prazo - Sujeito à Recuperação Judicial	90.587	95.526
Endividamento Financeiro Total	128.818	155.654

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Dívida Líquida	109.641	142.483
EBITDA Ajustado	(770)	(3.349)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Inferior a zero	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA dos dois últimos exercícios, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com diversas medidas voltadas para o aumento da liquidez da companhia, principalmente a venda de ativos e a recuperação de créditos contingentes e tributários.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos que a Companhia utilizou no curso regular de seus negócios para as necessidades de capital, foram o caixa operacional e empréstimos e financiamentos, assim como, a monetização na venda de ativos imobilizados.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia vem se utilizando de crédito lastreado em direitos creditórios performados e a performar para o financiamento das suas atividades produtivas. Além disso são perseguidas fontes alternativas como a venda de ativos, a recuperação de créditos pela via judicial, e operações de mercado de capitais. No que tange ao

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mercado de capitais, a título ilustrativo, em março de 2023, a Companhia firmou um acordo de investimento com a BPS Capital Gestão de Ativos S.A. para a subscrição de debêntures conversíveis conjugadas com bônus de subscrição, em oferta privada, visando o reforço e adequação da estrutura de capital da empresa. A operação visa, ambas, a injeção de novos recursos para suporte do plano de negócios e a conversão de dívida em capital. Concomitantemente às tratativas com a BPS a empresa deu início a uma oferta privada de ações dirigida exclusivamente à sua base acionária.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

31/12/2021									31/12/2022					
		Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado			
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Credores com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	1.495	40.657	42.152	1.495	40.657	42.152	1.495	39.001	40.496	1.495	39.001	40.496
(-) Ajuste a valor presente			-	(20.647)	(20.647)	-	(20.647)	(20.647)	-	(18.200)	(18.200)	-	(18.200)	(18.200)
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	1.118	85.624	86.742	1.118	85.624	86.743	1.816	86.340	88.156	1.816	86.340	88.156
(-) Ajuste a valor presente			-	(47.821)	(47.821)	-	(47.821)	(47.821)	-	(45.311)	(45.311)	-	(45.311)	(45.311)
Moeda estrangeira														
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a	-	-	-	748	83.466	84.214	-	-	-	1.020	78.759	79.779
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(50.692)	(50.692)	-	-	-	-	(45.063)	(45.063)
			2.613	57.813	60.426	3.361	90.587	93.949	3.311	61.830	65.141	4.331	95.526	99.857
Não sujeito à Recuperação Judicial														
Moeda nacional														
Capital de giro / expansão	TJLP	7,37% a.a.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648
Títulos descontados com coobrigação	FIXO	1,51% a.m.	6.313	-	6.313	6.501	-	6.501	10.107	-	10.107	10.826	-	10.826
FGI	FIXO	1,83% a.m	-	-	-	-	-	-	4.763	5.820	10.583	4.763	5.820	10.583
Cessão fiduciária de recebíveis	FIXO	2,04% a.m	-	-	-	-	-	-	10.877	-	10.877	10.877	-	10.877
Créditos com garantia fiduciária de direitos creditórios	FIXO	2,01% a.m	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.083	-	2.083
Capital de Giro	FIXO	1,90% a.m	2.201	-	2.201	17.202	-	17.202	199	-	199	10.260	-	10.260
Moeda estrangeira														
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519
			14.762	-	14.762	34.870	-	34.870	32.194	5.820	38.014	49.977	5.820	55.797
			17.375	57.813	75.188	38.231	90.587	128.819	35.505	67.650	103.155	54.308	101.346	155.654

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos Não Sujeitos à Recuperação Judicial

Por meio de Fatos Relevantes em 2022, a Companhia divulgou a contratação de empréstimos e financiamentos, bem como emissão de cédulas de crédito bancário, notas de crédito à exportação, assinatura de contratos de câmbio, derivativos e respectivos aditivos, inclusive todas as suas repactuações e renegociações, conforme segue:

Fato Relevante de 25 de agosto de 2022 - Banco BOCOM BBM S/A (“Banco BBM”) no valor de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e Banco Sofisa S/A no valor de até R\$ R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ficando também aprovada a contratação por período superior ou igual a 36 (trinta e seis).

Fato Relevante de 01 de setembro de 2022 - Banco Daycoval no valor de até R\$ R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ficando também aprovada a contratação por período superior ou igual a 36 (trinta e seis).

Empréstimos e Financiamentos Sujeitos à Recuperação Judicial

A fim de equacionar os efeitos de uma prolongada crise financeira em que se imergiu, a Lupatech S.A e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo Lupatech”) ajuizaram pedido de Recuperação Judicial 25 de maio de 2015, que veio a ser processado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e deferido em 22 de junho de 2015.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Plano de Recuperação Judicial ("Plano") foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 08 de novembro de 2016 e subsequentemente homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 19 de fevereiro de 2017.

O Plano foi objeto de dois aditamentos, aprovados e homologados judicialmente em 30 de novembro de 2018 e 26 de novembro de 2020, respectivamente.

Em 14 de março de 2023 foi prolatada decisão determinando o encerramento da Recuperação Judicial. A partir do encerramento, cessa o acompanhamento das atividades pelo Juízo, bem como a ele deixam de se sujeitar as decisões relativas à disposição de bens do ativo permanente. O pagamento dos créditos sujeitos, quer tenham sido habilitados quer sejam objeto de controvérsia judicial, deve ser realizado nos termos do Plano.

A recuperação judicial teve por principais objetivos o equacionamento dos créditos sujeitos ao Plano, que foram parte quitados com a dação em pagamento de Bônus de Subscrição e parte pagos ou reescalados como detalhado no quadro a seguir:

Classe de Credores	Condição de Pagamento	Taxa de Juros*	Prazo
I - Trabalhistas	Dinheiro ou Ações de Sociedade de Propósito Específico (SPE) até o limite de 150 salários-mínimos vigentes em maio de 2015; o excedente em Bônus de Subscrição	Não aplicável	12 meses da habilitação do crédito
II - Garantia Real	35% em Bônus de Subscrição, 65% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032
III - Quirografários	Moeda nacional: 50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro Moeda estrangeira: 70% em Bônus de Subscrição, 30% em dinheiro	Moeda nacional: TR + 3,3% a.a. Moeda estrangeira: Var. Cambial + 0,4% a.a. p/ créditos em moeda estrangeira	Janeiro de 2033**
IV - Micro e Pequenas Empresas	50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032

*TR=Taxa Referencial

**Os créditos que se tornarem aptos ao pagamento retardatariamente sujeitam-se ao cronograma de pagamentos de 180 meses a partir da data em que se tornarem aptos. A depender da variação cambial, o pagamento de variação cambial e juros dos créditos em moeda estrangeira pode exceder o prazo indicado.

O principal é pago em parcelas trimestrais fixas em reais segundo gradiente de crescimento estabelecido no Plano. Os juros e a variação cambial são pagos: (a) Classes II e IV: em uma parcela 30 dias após o vencimento do principal ou; (b) Classe III: em 4 parcelas trimestrais após o vencimento do principal, para os créditos em moeda nacional, ou tantas parcelas quanto for o valor da última parcela do principal correspondente, no caso de créditos em moeda estrangeira.

A parcela a ser paga em dinheiro, que corresponde a 65% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 30% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III, sofrem incidência de juros e variação cambial às taxas indicadas no quadro acima.

A parcela paga em Bônus de Subscrição corresponde à 35% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 70% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III. Os Bônus de Subscrição necessários ao adimplemento da obrigação foram emitidos pela Companhia, tendo sido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

escriturados em favor dos credores ou mantidos em tesouraria por determinação judicial no caso dos credores cujas informações cadastrais encontravam-se incompletas ou irregulares. Os Bônus de Subscrição foram dados em pagamento à razão de 1 (um) Bônus para cada R\$ 100 (cem reais) de créditos listados. Cada Bônus dá ao detentor o direito, mas não a obrigação, de subscrever uma ação ao preço de R\$ 0,88 por ação, até a data de 28 de outubro de 2025.

Foram emitidos ao todo 4.352.503 Bônus de Subscrição, dos quais 2.292.758 foram registrados em nome dos respectivos credores 1.482.487 encontram-se em tesouraria como lastro aos Subscription Warrants emitidos nos EUA pela Lupatech Finance e 577.258 estão em tesouraria da Companhia para entrega aos credores que não apresentaram informações cadastrais requeridas para a escrituração ou reservados para fazer face à créditos contingentes.

As informações relativas à Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico

<https://ri.lupatech.com.br/pt/recuperacao-judicial>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não continha eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com evidência em volume de descontos recentes, o limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras foi de R\$ 15 milhões. Os vencimentos raramente superam 90 dias, portanto os valores tomados costumam ser baixos dentro do limite e variar continuamente. As instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as duplicatas.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as quais foram elaboradas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela CVM.

As demonstrações financeiras de 2022 foram auditadas pela **BDO RCS Auditores Independentes** e a demonstrações financeira de 2021 foram auditadas pela **Crowe Macro Auditores Independentes**.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as principais variações nas demonstrações de resultado ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) aumento de Receita Líquida; (ii) aumento de Receitas/Despesas Operacionais; (iii) redução do Resultado Financeiro Líquido e (iv) aumento de Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2021	2022
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	93.553	110.390
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(68.310)	(85.143)
Resultado Bruto	25.243	25.247
Receitas/Despesas Operacionais	(74.288)	(84.435)
Com Vendas	(9.217)	(10.232)
Gerais e Administrativas	(21.946)	(22.765)
Remuneração dos Administradores	(3.842)	(4.751)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.283)	(46.687)
Resultado Financeiro Líquido	7.075	(10.297)
Receitas Financeiras	44.486	13.161
Despesas Financeiras	(23.310)	(39.297)
Variação Cambial Líquida	(14.101)	15.839
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(41.970)	(69.485)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(4)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	634	124.351
Lucro (Prejuízo) Líquido	(41.340)	54.866

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 110,4 milhões no exercício de 2022, sendo R\$ 16,8 milhões, ou 18% maior que a receita líquida consolidada de 2021.

Segmento de Produtos:

O Segmento de Produtos apresentou um aumento de 17% comparando o exercício de 2022 com o exercício de 2021. Esses resultados o êxito nos esforços comerciais empreendidos no período e a retomada da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento e tubos de produção de petróleo. No período houve também o início da oferta de cabos navais no mercado, com vendas e entregas concretizadas.

Segmento de Serviços:

As transações que compõe este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

Despesas com Vendas:

As Despesas com Vendas referem-se ao Segmento de Produtos e aumentaram 11% no exercício de 2022 em comparação com o de 2021, passando de R\$ 9,2 milhões em 2021 para R\$ 10,2 milhões em 2022. O aumento foi principalmente, para suportar o crescimento das vendas e a evolução dos custos logísticos e comissões.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 3,7% no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 21,9 milhões em 2021 para R\$ 22,8 milhões em 2022, o aumento é decorrente, principalmente de gastos municipais antes isentos.

Os Honorários dos Administradores aumentaram 23,6% no comparativo do exercício de 2022 com o de 2021, passando de R\$ 3,8 milhões em 2021 para R\$ 4,7 milhões em 2022. O aumento, é devido a apuração e crédito de remuneração variável relativos ao ano 2021 e ao Plano de Incentivo de Longo Prazo de 2020.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais variaram significativamente no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 39,2 milhões de despesa em 2021 para R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022.

As Outras Receitas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 34,5 milhões no exercício de 2022 em comparação com 2021, passando de R\$ 60,3 milhões para R\$ 25,8 milhões. As principais receitas ocorridas em 2022 foram: (i) 9,9 milhões de reversão de impairment de ativos; (ii) R\$ 6,4 milhões referentes receita na venda de ativo imobilizado; (iii) R\$ 5,2 milhões de recuperação de tributos (Pis e Cofins s/ ICMS), obsolescência e perdas extraordinárias com estoques, e (iv) R\$ 4,3 milhões de reversão de estimativa com processos judiciais.

As Outras Despesas Operacionais tiveram uma redução de R\$ 27,1 milhões no exercício de 2022 em comparação a 2021, passando de R\$ 99,6 milhões em 2022 para R\$ 72,5 milhões em 2022. As principais despesas em 2022 foram: (i) R\$ 19,2 de ociosidade de produção; (ii) R\$ 15,6 milhões de impairment de ativos; (iii) R\$ 13,8 milhões de: (a) obsolescência, (b) perdas extraordinárias com estoques, (c) reconhecimento de impostos e recuperação de tributos, e (d) ajustes de saldos de créditos junto a cliente; (iv) R\$ 13,1 milhões de custo na venda de ativo imobilizado; (v) R\$ 6,7 de atualizações de contingências e processos judiciais e (vi) R\$ 4,1 milhões de reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento para atender as normas contábeis de combinação de negócios.

Resultado Financeiro Líquido:

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2022 atingiu R\$ 13,1 milhões versus R\$ 44,5 milhões no exercício de 2021. A redução se explica, principalmente pelo registro de Ajuste a Valor Presente e reconhecimento do Procedimento Arbitral CSL no Balanço Patrimonial de 2021, ano em que a Companhia se sagrou vencedora. Em 2022 foi registrado atualização monetária do referido processo.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentou R\$ 16 milhões no exercício de 2022 em comparação com o de 2021, atingindo R\$ 39,3 milhões no ano de 2022 versus R\$23,3 milhões em 2021. A variação se deve principalmente à (i) Ajuste a Valor Presente; (ii) juros sobre fornecedores e empréstimos da Recuperação Judicial, e (iii) multas e juros de mora sobre débitos tributários parcelados.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2022 resultou em receita de R\$ 15,8 milhões versus uma despesa de R\$ 14,1 milhões no exercício de 2021 afetada pela valorização da moeda estrangeira frente ao Real. As variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos entre companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2022 resultou em despesa de R\$ 10,3 milhões versus uma receita de R\$ 7,1 milhões em 2021.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício:

O Resultado Líquido apurado no exercício de 2022 foi lucro de R\$ 54,9 milhões comparado com o prejuízo de R\$ 41,4 milhões em 2021.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, as principais variações de fluxo de caixa ocorreram em função dos seguintes fatores:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(14.632)	(24.517)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	3.914	4.873
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	8.879	13.639
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.839)	(6.005)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	21.015	19.176
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	19.176	13.171

Atividades Operacionais:

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2022, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou um consumo de R\$ 24,5 milhões, devido principalmente por consumo de créditos tributários para compensação de débitos e encargos financeiros sobre financiamentos.

Atividades de Investimentos:

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

O saldo total dos investimentos em ativo não circulante como imobilizado, intangível e investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos, bem como ativo classificado para propriedade para investimento, totalizaram o montante positivo de R\$ 4,9 para o exercício de 2022 e positivo de R\$ 3,9 em 2021 respectivamente.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	2021	2022
Efeito Líquido na Alienação de Ativo Imobilizado	1.533	4.552
Adição de Intangível	(76)	(62)
Passivo a Descoberto	(4.280)	-
Propriedade para investimento	6.428	-
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	309	383
Total	3.914	4.873

Atividades de Financiamento:

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas ou cotistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

Em 2022, houve geração de R\$ 13,6 milhões de caixa nas atividades de financiamento, decorrente principalmente pela captação de recursos junto a instituições financeiras, para financiar a expansão da atividade. Em 2021, a geração de caixa nas atividades de financiamento foi R\$ 8,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

- a. sobre os resultados das operações do emissor, em especial: descrição de quaisquer componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2022

Iniciamos o ano de 2022 bastante otimistas, antecipando a distensão das restrições operacionais impostas pela Pandemia, retomada da atividade na indústria petroleira, e recuperação econômica.

Mas não foi esse cenário o que se materializou. Como reportado no transcurso do ano, foram marcantes as consequências do surto da variante Covid Omicron entre o final de 2021 e início de 2022, e logo em seguida os enormes problemas trazidos pela eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Não bastando, tivemos também a deflagração da guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações e os custos de aquisição de materiais e serviços.

Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevistos e outros.

O panorama político econômico do país, que era positivo no início do ano, transfigurou-se em uma eleição embebida numa crise institucional que ainda não se dissipou. O panorama macroeconômico de médio prazo permanece incerto, sendo visível que o curto prazo será bastante restritivo do ponto de vista monetário.

Mas mesmo numa economia débil, há ganhadores e perdedores. E mais, cada setor de atividade tem sua dinâmica própria de crescimento e competição, o que permite que alguns performem melhor que os outros e do que a economia em geral.

É o caso. Em 2022, apesar dos revezes, a Lupatech cresceu sua receita líquida em 18%. Foram 15% em Válvulas e praticamente 100% em Cabos e Compósitos. São percentuais expressivos, mas que ainda não espelham todo o potencial de demanda dos nossos mercados.

Em Válvulas, há muita demanda por ser gerada pelos investimentos offshore do pré-sal, pela retomada da produção terrestre e pelos investimentos em infraestrutura para distribuição de gás e para o seu consumo. O panorama para o setor de saneamento é de hesitação política, mas também traz oportunidades, que vimos acompanhando com atenção.

Em Cabos e Compósitos, temos espaço para crescimentos ainda mais agressivos. Conseguimos iniciar nossas atividades de fornecimento de cabos navais, e vamos perseguir um market share expressivo nesse mercado de dezenas de milhões anuais. Ainda não retomamos o fornecimento de cabos de ancoragem de plataformas, o que pode representar um salto expressivo de receita, considerando que cada projeto de ancoragem representa vendas na casa dos US\$ 10 milhões. A demanda e as nossas vendas de tubos de revestimento de fibra de vidro têm crescido consistentemente. Conseguimos também nos introduzir no negócio de fornecimento de postes de fibra de vidro, com contratos já implementados junto à 3 concessionárias de energia.

Nossa carteira de pedidos firmes encerrou o ano de 2022 em R\$ 74 milhões, sendo que no ano anterior o número era de R\$ 55 milhões – um salto de 35%. Essa carteira representa uma proporção relevante em relação às receitas de 2022, de sorte que se considerado que o ano de 2023 se inicia com essa carteira e mais um saldo de contratos sem obrigação de compra de R\$ 88 milhões, há uma perspectiva positiva de crescimento para 2023.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A rentabilidade das vendas do ano, medida pela margem bruta, foi de 23%, representando uma queda em relação ao ano anterior (27,1%). A principal razão para a margem mais baixa no período foi o custo mais alto na aquisição de insumos, decorrente da súbita escalada inflacionária internacional e da decisão de adquirir localmente, a um custo maior, certos componentes e materiais, evitando os prazos mais longos e incertos de importação, a fim de mitigar atrasos nas entregas a clientes. Entendemos que ambos os efeitos são transitórios, sendo opostos a curto e médio prazos pelo repasse de custos aos preços em novos contratos e pelos reajustes contratuais periódicos.

O EBITDA Ajustado foi afetado pela queda da rentabilidade das vendas, explicada acima. O EBITDA Ajustado de Produtos, embora menor, permaneceu em território positivo.

No ano foi apurado um lucro líquido de R\$ 55 milhões, o qual teve a contribuição positiva do reconhecimento de créditos tributários de imposto de renda e contribuição passíveis de aproveitamento por rentabilidade futura.

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2022 atingiu R\$ 110,4 milhões versus R\$ 93,5 milhões apurados no exercício de 2021. No Segmento de Produtos tivemos um incremento nas vendas de 17% no comparativo de 2022 com 2021. A receita gerada em Cabos e Compósitos em 2022 espelha a retomada da unidade de compósitos, com o fornecimento de camisas de revestimento tubos de produção de petróleo. No período houve também o início da oferta de cabos navais no mercado, com vendas e entregas concretizadas. As receitas que compõe o Segmento de Serviços são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

O Lucro Bruto no exercício de 2022 foi positivo em R\$ 25,2 milhões.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 39,3 milhões de despesa em 2021 para R\$ 46,7 milhões de despesa em 2022. A movimentação de 2022 está relacionada, principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 3,2 milhões de efeito líquido positivo na alienação de ativos imobilizados; (ii) R\$ 15,6 milhões do reconhecimento de impairment sobre outros ativos; (iii) R\$ 19,3 milhões de despesas com ociosidade de produção; (iv) R\$ 4,9 milhões com obsolescência e perdas extraordinárias com estoques. (v) R\$ 2,4 mil corresponde ao efeito líquido negativo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos; (vi) R\$ 3,8 milhões correspondente ao efeito líquido negativo oriundos do reconhecimento de impostos e recuperação de tributos, e ajustes de saldos de créditos junto a cliente e fornecedores; (vii) R\$ 4,1 milhões de reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento para atender as normas contábeis de combinação de negócios.

O Resultado Financeiro total de 2022, foi negativo em R\$ 10,3 milhões versus um resultado positivo de R\$ 7,1 milhões em 2021. Devido, principalmente, ao reconhecimento no exercício de 2021 do ganho pela sentença arbitral, por violação de acordo de não concorrência firmado quando da aquisição da unidade de Cabos.

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades foi negativo em R\$ 2,2 milhões no exercício de 2022 ante resultado negativo de R\$ 0,8 milhões em 2021.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos podem ser altamente customizados, o que afeta a precificação a cada novo projeto em que se participa.

Em 2022, em decorrência do surto inflacionário global, houve acomodação progressiva dos preços para buscar a manutenção do nível de rentabilidade. Os preços praticados levam em conta sempre o custo dos insumos importados à taxa de câmbio vigente, assim que naturalmente ocorre um acompanhamento das variações do câmbio, mas que é percebido paulatinamente, pois as entregas ocorrem com um tempo

2.2 Resultados operacional e financeiro

considerável da fixação dos preços. Houve a introdução de novos produtos e serviços, mas não tiveram impacto relevante na receita.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Durante 2022 houve erosão de margens devido ao surto inflacionário global. O aumento de insumos não pode ser repassado instantaneamente aos preços, pois em boa parte são contratados de forma fixa. O repasse acontece em vendas futuras. O impacto se observou pela redução da margem bruta de 27% para 22,9% entre 2021 e 2022.

Em termos de resultado financeiro, a variação cambial sobre dívidas de pagamento de insumos costuma resultar pouco impacto, pois a estrutura de custos é baseada em sua maioria em matérias-primas de origem nacional, onerando pouco o resultado. Além do que muitos pagamentos são feitos à vista ou antecipados. Já, a variação cambial sobre a posição de endividamento em moeda estrangeira, impacta o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social. As taxas de juros também impactam o resultado financeiro e o resultado antes de impostos e contribuição social, na medida em que sua variação impacta diretamente o valor de juros a pagar e a despesa financeira.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. sobre mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

• Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

• A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou e não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor externo apresenta em seu relatório ênfase relativa à continuidade operacional, em razão do histórico de resultados recentes da Companhia e da sua recuperação judicial. A Companhia vem há anos se reorganizando e gradualmente melhorando o seu desempenho operacional. Dada a insuficiência da geração de caixa operacional no atual nível de atividade para fazer face às suas obrigações, a empresa requer, de fato como acima mencionado, fontes de externas ou não operacionais para financiar a continuação das atividades.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve aquisição ou alienação de participação societária em 2022 e 2021.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2021	2022
Produtos	8.923	5.931
Margem	9,6%	5,4%
Serviços	(9.692)	(9.281)
Margem	n/a	n/a
Total	(770)	(3.349)
Margem	-0,8%	-3,0%

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	2021	2022
Lucro Bruto	25.243	25.247
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(31.163)	(32.997)
Honorários dos Administradores	(3.842)	(4.751)
Depreciação, Amortização e Realização de Ativos	5.431	9.512
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(39.283)	(46.687)
Ebitda das Atividades	(43.614)	(49.676)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	7.926	17.326
Provisões com Processos Judiciais	(948)	122
Despesas com ociosidade	11.190	17.938
Processo de Reestruturação e Outras Despesas Extraordinárias	24.677	10.940
Ebitda Ajustado	(770)	(3.349)

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, acredita-se que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Considera-se que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do desempenho financeiro, mas também da capacidade de pagamento dos juros e principal da dívida e para contrair dívidas adicionais para financiar os dispêndios de capital e o capital de giro.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) ou internacionais (IFRS), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a definição de EBITDA adotado pela Companhia pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os lucros ou prejuízos, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes ou excepcionais, segundo avaliação e estimativas da administração.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Nas demonstrações financeiras publicadas referente ao ano de 2022 constam os eventos subsequentes abaixo replicados. Não houve quaisquer eventos posteriores que tenham o condão de alterar substancialmente o quanto lá divulgado.

Encerramento da Recuperação Judicial

Em 13 de janeiro de 2023, conforme Fato Relevante, a Companhia protocolou junto à 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o pedido de encerramento do processo de Recuperação Judicial da Lupatech S.A e suas controladas, o qual foi decretado em 14 de março de 2023 conforme sentença prolatada no processo.

Acordo Vinculante da BPS Capital Gestão de Ativos S.A para Investimento na Companhia

Conforme Fatos Relevantes de 07 de fevereiro e 24 de março de 2023, a Companhia firmou um acordo vinculante com a BPS para a subscrição de debêntures conversíveis conjugadas com bônus de subscrição, em oferta privada, visando o reforço e adequação da estrutura de capital da empresa. A operação visa, ambas, a injeção de novos recursos para suporte do plano de negócios e a conversão de dívida em capital.

Concomitantemente às tratativas com a BPS a empresa deu início a uma oferta privada de ações dirigida exclusivamente à sua base acionária.

Em 24 de março a companhia firmou contrato definitivo com a BPS para a subscrição de até R\$ 10 milhões de reais de uma oferta privada de debêntures de R\$ 25 milhões, conjugada com a emissão de Bônus de Subscrição que permitem a capitalização de créditos. O acordo se sujeita à condições suspensivas usuais a esse tipo de transação.

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	Artigo 36. Do resultado do exercício serão deduzidos: (a) os prejuízos acumulados, se houver; (b) a provisão para imposto de renda; (c) participação nos lucros atribuída a empregados, concedida ou não a exclusivo critério do Conselho de Administração, que regulará a matéria; (d) participação nos lucros atribuída aos administradores, observado o que a respeito dispõe o artigo 19 do Estatuto Social. Parágrafo Único. A participação nos lucros atribuída aos administradores terá por limite o valor correspondente a 10% (dez por cento) dos lucros do exercício ou o somatório da remuneração anual por eles percebida, dos dois o menor. Artigo 37. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício que, observados os limites e condições exigidos por lei, terá a seguinte destinação: I. Reserva Legal, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, sendo que esta não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; II. Reservas para Contingências, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem; III. Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto na legislação aplicável; e IV. Retenção de lucros, conforme proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Artigo 38. Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado de acordo com o que dispõe o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Parágrafo 1º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: I. o pagamento de dividendo, à conta do lucro apurado em balanço semestral; II. a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital; e, III. o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Artigo 39. O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar aos acionistas juros sobre o capital próprio, na forma da legislação vigente, os quais serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

2.7 Destinação de resultados

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Poderemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral, distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, e o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	No exercício de 2022 a Companhia apresentou resultado líquido de R\$ 54.866 mil (cinquenta e quatro milhões oitocentos e sessenta e seis mil) na controladora e no consolidado. Contudo, haja vista o disposto no artigo 36 do Estatuto Social da Companhia, não foi apurada a base para cômputo do dividendo obrigatório, isto porque (i) na forma do artigo 36 (a) após a absorção do lucro do exercício, remanesce saldo expressivo na conta de prejuízos acumulados, de R\$ 2.041.877 mil (dois bilhões e quarenta e um milhões e oitocentos e setenta e sete mil reais); e, (ii) ademais, segundo o artigo 36 (b), deduzida a provisão para imposto de renda que é composta unicamente das estimativas relativas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, o resultado do exercício é negativo, em R\$ 69.485 mil (sessenta e nove milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais). Dessa forma, além de não ser apurado o dividendo mínimo a distribuir na forma do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração, nos termos do §4º do artigo 202 da Lei 6.404/76, informa que a distribuição de dividendos para o presente exercício é incompatível com a situação financeira da Companhia, haja vista ainda a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extraconcursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de recuperação judicial. Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição de dividendos e os acionistas da Companhia aprovaram essa questão, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18/05/2023, às 11hrs, em segunda convocação. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social Companhia, para o presente exercício, é incompatível com a sua situação financeira, haja vista a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extra-concursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de Recuperação Judicial. Portanto, o Conselho de Administração tem recomendado a não distribuição do dividendo obrigatório e o seu registro como reserva especial, nos exatos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.

2.7 Destinação de resultados

	Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição de dividendos, o que foi aprovado pelos acionistas.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovados, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política está disponível no Estatuto Social da Companhia desde antes de 2006 e foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. https://ri.lupatech.com.br/pt/assembleias

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (***off-balance sheet items***), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme citado acima, não se aplica à Companhia para o período atual.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, não foram definidos orçamentos de capital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia persegue a venda de diversos equipamentos utilizados em seu negócio de Serviços. A venda de ditos equipamentos não afeta as operações de Produtos e os fundos dela resultantes viria a reforçar a liquidez da Companhia.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2022.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia desenvolveu novos produtos baseados em outras fibras sintéticas e voltadas para outros espectros de aplicação, como uso naval e a movimentação de cargas. Com a concretização do desenvolvimento iniciaram a comercialização de cabos de fibras de HMPE (*“High Modulus Polyethylene”* ou Polietileno de Alto Módulo) fabricados pela Lupatech Ropes localizada em São Leopoldo – RS. Também foram desenvolvidos postes de fibra de vidro principalmente para a distribuição de energia elétrica e iluminação pública.

Não houve dispêndios de capital relevante no desenvolvimento desses produtos no exercício de 2022.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Sustentabilidade é essencial nos negócios da Lupatech, além de colaborar com a redução de custos, também contribuí para a preservação ambiental e a construção de um planeta melhor para as próximas gerações. Através da adoção de ações sustentáveis que possibilitem o progresso da empresa, sem agredir o meio

2.10 Planos de negócios

ambiente, demonstramos o compromisso com a sociedade e com os nossos valores alinhado com os objetivos de crescimento.

A Lupatech contribui para o crescimento sustentável ao desenvolver soluções inovadoras e de qualidade com os menores impactos possíveis ao meio ambiente. Dentre algumas de nossas iniciativas e compromissos destacamos: Desenvolvimento de um projeto para o reaproveitamento e reuso dos efluentes industriais produzidos pela empresa, além de proporcionar menor custo, a companhia deixa de utilizar água de melhor qualidade no processo de produção.

Realizamos ações de conscientização para que cada um faça sua parte em relação aos recursos naturais, a fim de que não se esgotem para as gerações futuras. Desta forma, promovemos palestras para todos os colaboradores, como por exemplo a Semana de conscientização ambiental e ODS e externamente para escolas.

Buscamos melhorar continuamente os processos e adotar medidas de redução do impacto ambiental e insumos, como por exemplo, através da substituição de lâmpadas de mercúrio e vapor metálico por lâmpadas em Led, entre outras.

Cultivamos um ambiente de respeito à diversidade e aos direitos humanos, respeitando as diferenças entre gênero, cor, raça, idade, orientação sexual, ou qualquer outra condição e não admitimos qualquer prática de discriminação. Estamos comprometidos em adotar as melhores práticas e promover programas de qualidade de vida, de saúde e de segurança para os colaboradores. Bem como, assegurar os recursos necessários a promoção e proteção dos direitos humanos e do trabalho.

Adotamos as melhores práticas de governança recomendadas e perseguimos continuamente o aprimoramento dos nossos controles internos. Nesse contexto, realizamos constantemente ações de melhoria em nossos instrumentos de governança, a fim de alinhar aos objetivos estratégicos de longo prazo. A companhia aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas, descrevendo em seu Comunicado de Progresso as ações desenvolvidas. A Lupatech é signatária do pacto global desde 2018.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Como reportado no transcurso do ano, foram marcantes as consequências do surto da variante Covid Omicron entre o final de 2021 e início de 2022, e logo em seguida os enormes problemas trazidos pela eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Não bastando, tivemos também a deflagração da guerra da Ucrânia em fevereiro de 2022.

Esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações e os custos de aquisição de materiais e serviços.

Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevistos e outros.

O panorama político econômico do país, que era positivo no início do ano, transfigurou-se em uma eleição embebida numa crise institucional que ainda não se dissipou. O panorama macroeconômico de médio prazo permanece incerto, sendo visível que o curto prazo será bastante restritivo do ponto de vista monetário.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia informa ao mercado alguns objetivos de longo prazo, conforme segue:

Período	Receita líquida	Margem Ebitda
Entre 3 e 5 anos - Objetivo	R\$ 550 milhões (considerando a faixa de R\$ 450 milhões a R\$ 650 milhões)	17% a 23%
Entre 5 e 10 anos- Objetivo	R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões	NA

Os objetivos informados são alvos estratégicos perseguidos pela administração da Companhia para horizontes de 3 a 5 anos e de 5 a 10 anos, não consistindo em projeções ou previsões. A consecução desses objetivos depende de inúmeros fatores de alto grau de incerteza, como por exemplo e sem se limitar à:

- (i) Internos à Companhia: capacidade de obtenção de financiamento ou recursos próprios para suportar adequadamente o plano de crescimento
- (ii) Externos à Companhia: retorno ao mercado interno da demanda por válvulas para FPSOs, recuperação da demanda interna pelos produtos da empresa após à longa crise do setor petroleiro, recuperação da demanda por bens de capital, concorrência internacional, exigências de conteúdo local e cumprimento pelos agentes de mercado dos seus requisitos, êxito na aceitação de novos produtos e serviços introduzidos no mercado.

Para 2023 e anos seguintes a Companhia não divulgou projeções ou previsões.

Projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, como as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e de suas operações, de acordo com as informações disponíveis no mercado até a presente data.

Quaisquer projeções estão, portanto, sujeitas a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Em 2022, a Companhia divulgou projeções de receita líquida para o ano calendário. Inicialmente foi estimada uma faixa de R\$ 150 a 200 milhões. Subsequentemente as estimativas foram reduzidas para R\$ 115 a 135 milhões.

A receita líquida consolidada de 2022 foi de R\$ 110,4 milhões. Isso posto, a companhia informa que o valor apurado para 2022 foi ligeiramente inferior à faixa projetada da última estimativa divulgada para aquele período (R\$ 115 a 135 milhões).

Ao longo de 2022 vimos reportando os efeitos marcantes relativos ao surto da variante Covid Omicron, ao evento da guerra na Ucrânia, e à eclosão de surtos de Covid na China, com a imposição de lockdowns draconianos em partes importantes daquele país. Todos esses eventos tiveram efeitos muito relevantes sobre a nossa cadeia de suprimentos, afetando sobremaneira os tempos de fabricação e de transporte, o capital de giro empregado nas operações, os custos de aquisição de materiais e serviços. Muito embora a normalização das cadeias produtivas e de transporte venha ocorrendo paulatinamente, grande parte da indústria enfrenta ainda atrasos, custos imprevistos e outros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

No momento atual, a Lupatech S.A. emerge de uma longa crise financeira que envolveu sucessivas renegociações de seu passivo, inclusive através de uma recuperação extrajudicial, em 2014, e uma recuperação judicial, de 2015 a 2023.

Como resultado desses esforços de reestruturação, a empresa saiu com um passivo substancialmente reduzido e reescalonado. No entanto, a recuperação do nível de atividade e de ocupação das fábricas tem ocorrido lentamente, de forma que a empresa possui um equilíbrio tênue entre geração de caixa e capacidade de serviço do endividamento.

Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade operacional depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Sob esta ótica, o investidor que detenha ações da Companhia está exposto tanto ao seu risco de continuidade como o de potencial diluição da base acionária.

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia possui uma base acionária dispersa, e não possui um acionista controlador ou acordo de acionistas em vigor.

Desta forma, a empresa está exposta à aquisição do seu controle em bolsa, podendo vir a ser formado grupo de controle ou mesmo que, por força de aquisição de controle por um único investidor, ocorra oferta pública de aquisição.

Neste cenário, o investidor das ações da Lupatech S.A. está exposto aos riscos inerentes à troca do controle, alterações substanciais na administração e no plano de negócios desenvolvido atualmente, podendo estes serem ou não favoráveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. suas controladas e coligadas

A empresa possui diversas controladas atuantes em segmentos diversos, mas especialmente em serviços petroleiros, que tiveram atividade cessada por conta do encerramento de contratos no curso da recuperação judicial.

Estas empresas possuem passivos e contingências diversas nas esferas cível, trabalhista e tributária, cujo montante é significativo. No evento de materialização de obrigações, sua satisfação pode depender, conforme o caso, da venda de ativos, da recuperação de créditos, ou de suprimento de capital por outras empresas do grupo.

d. seus administradores

A Companhia busca manter remuneração bem como incentivos de curto, médio e longo prazos atrativos e alinhados à retenção de seus administradores. Contudo, esses profissionais chave podem eventualmente deixar a Companhia. Eventuais trocas de liderança podem ter efeitos no desempenho dos negócios.

e. seus fornecedores

A Companhia não possui dependência exclusiva em fornecedores específicos. Sem embargo, há insumos para os quais não há muitas opções de fornecimento, de forma que a eventual ruptura de relações com determinados fornecedores pode resultar em ônus adicional na aquisição de insumos de outras fontes, o que pode por vez afetar a competitividade comercial da empresa.

f. seus clientes

Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um *“going concern”*, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Os clientes da Companhia em grande parte são empresas estatais, empresas que fornecem para estatais, ou empresas que realizam obras públicas. Nesse sentido, existem riscos associados ao envolvimento de clientes em corrupção ou atividade político-eleitoral. A empresa fica sujeita a dois riscos principais – o risco da descontinuação de contratos dos seus clientes, resultando subsequentemente no descumprimento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

obrigações contratadas com a Lupatech, e o risco reputacional de ter contratado negócios com o pivô de um evento de corrupção. Ainda que erradas, falsas ou maliciosas, notícias propagadas com esse teor tem o condão de afetar contratações junto a outros clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A Lupatech atua preponderantemente na cadeia de fornecimento de equipamentos para a indústria de petróleo e gás. Também tem fornecimentos significativos para diversas outras indústrias, inclusive, mas não se limitando a, de energia elétrica, construção naval, construção pesada e de infraestrutura, açúcar e álcool, química, papel e celulose, automobilística e armamentos.

Os setores em que atuamos possuem concorrência internacional que tem plena possibilidade de acesso ao mercado doméstico. A flutuação da taxa de câmbio, bem como disparidades estruturais do Brasil frente a outros países - por exemplo a ineficiência tributária - podem prejudicar a nossa competitividade.

Alguns setores para os quais fornecemos tem atividade econômica cíclica e/ou vinculadas a commodities. Nesse sentido, nossos negócios podem ser afetados pela retração prolongada das atividades dos nossos clientes.

A competição em alguns dos nossos setores de atuação envolve a disputa de grandes contratos frente a poucos clientes, muitas vezes em processos licitatórios. Entendemos que esse contexto é propício para que a competição se dê em base de preços, o que pode afetar a rentabilidade dos nossos negócios.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Os setores para os quais fornecemos (acima exemplificados) podem estar sujeitos a riscos de intervenção estatal direta ou indireta dos mais variados tipos, que podem ter consequência nos negócios da companhia. Tais intervenções, por exemplo e sem se limitar à, podem incluir: imposições que limitem os investimentos e a demanda dos nossos clientes, regulamentos que modifiquem especificações dos produtos ou que afetem nossas licenças para fornecer produtos.

As nossas atividades propriamente não são reguladas pelo Estado. À exceção das licenças específicas requeridas para que a empresa opere, tais como licenças de instalação, ambientais, dentre outras, que podem observar aspectos muito particulares da licencianda, as demais regulações que se impõe são as que se aplicam igualmente à todas as empresas congêneres.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente a companhia não tem atuação por presença em nenhum país estrangeiro, exceto pelo legado de empresas holding não operacionais.

A empresa, no entanto, mantém atividades de comércio exterior, tanto de exportação, como de importação. A China tem sido o principal parceiro comercial em ambos os sentidos. Possuímos um escritório de representação na China focado no desenvolvimento de fornecimentos. Podemos não ser capazes de manter nosso escritório de representação ou de obter vistos para nossos funcionários, o que pode afetar nossa capacidade de aquisição de insumos de forma competitiva.

j. questões sociais

A companhia possui presença fabril em cidades interioranas. Em algumas dessas localidades, a população é pequena, o que limita as possibilidades de contratação de mão de obra especializada, e ocasionalmente até

4.1 Descrição dos fatores de risco

mesmo de não especializada. A escassez de profissionais pode limitar ou prejudicar o desenvolvimento das operações.

Determinadas tendências sociais podem a médio e longo prazos prejudicar o plano de negócios. Entre tais tendências, elenca-se a preferência por empregos não-industriais (“*white-collar*”), as deficiências de educação básica, técnica e superior limitando a qualidade e quantidade de profissionais disponíveis para contratação.

A falta de profissionais pode ensejar aumento dos custos de contratação ou investimentos para treinamento e desenvolvimento dos profissionais contratados.

As operações de serviços petroleiros da Companhia foram vitimadas por uma elevada litigiosidade laboral. A litigiosidade sempre foi menor nas operações industriais, seja pela natureza das atividades seja pela localização das fábricas. A partir da reforma trabalhista de 2017, houve significativa redução da litigiosidade. Este cenário pode mudar caso ocorram retrocessos nas medidas implantadas bem como caso volte a ser subsidiada e fomentada a atividade sindical.

k. questões ambientais

As atividades desenvolvidas atualmente pela Companhia são preponderantemente não poluidoras. Ainda assim, a companhia se submete a diversas exigências relacionadas a meio ambiente, tais como questões de vizinhança - ruído por exemplo – segurança do trabalho e o descarte de resíduos e efluentes.

Muito embora a empresa se empenhe na observação da legislação e na mitigação e saneamento das questões ambientais, ela está sujeita ao arbítrio de agentes públicos que tem o poder não somente de exigir o cumprimento da sua própria interpretação das normas aplicáveis, como também de punir e até mesmo suspender as atividades da Companhia. Esses são riscos à que a companhia se submete.

A imposição de normas infralegais no Brasil ocorre em velocidade maior do que é possível para a indústria em geral acompanhar. Em especial, as normas relacionadas à adaptação de equipamentos no contexto de segurança do trabalho (NR12) oferecem desafios em razão de nenhum outro país exigir as mesmas adaptações solicitadas no Brasil. Isto impõe não somente custos, mas também desafios de engenharia. E mais, os requerimentos são frequentemente subjetivos, submetendo a empresa aos riscos decorrentes dessa subjetividade.

No campo dos licenciamentos ambientais, tem se observado com frequência a imposição de mecanismos não tributários de arrecadação pela exigência de “contrapartidas ambientais”. As exigências usualmente impostas não costumam guardar correlação com alterações na conduta usual da companhia ou mesmo dos próprios os efeitos da presença da empresa no local. Esta situação ocasionalmente impõe à Companhia custos não previsíveis e não relacionados às suas atividades, bem como a torna suscetível aos riscos inerentes à discordância sobre as exigências.

Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionar riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia tem concentração de receitas provenientes dos negócios relacionados à indústria petroleira. A velocidade da chamada transição energética pode afetar a demanda por produtos do portfólio da Companhia.

As plantas industriais de São Leopoldo e Feliz encontram-se situadas em regiões de várzea de rios. A alteração de volumes pluviométricos sujeita essas unidades à riscos de inundação. Nesse cenário, os seguros contratados podem não ser suficientes para os danos provocados, especialmente no que tange a lucros cessantes

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, as reparações financeiras podem não ser suficientes à adequada recomposição patrimonial, por uma série de motivos, tais como: o tempo para que as indenizações sejam pagas, a dificuldade de repor rapidamente certos equipamentos chave, sobretudo máquinas desenvolvidas pela própria empresa e que podem contar com documentação técnica insuficiente à sua reconstrução, a impossibilidade de precisar os tempos necessários à retomada, que podem ser superiores à duração dos lucros cessantes segurados, imprecisão na avaliação do custo de reposição dos bens segurados, a impossibilidade de antecipar o tamanho dos riscos incorridos por terceiros em razão de falhas dos nossos produtos.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Risco 1:

No momento atual, a Lupatech S.A. emerge de uma longa crise financeira que envolveu sucessivas renegociações de seu passivo, inclusive através de uma recuperação extrajudicial, em 2014, e uma recuperação judicial, de 2015 a 2023.

Como resultado desses esforços de reestruturação, a empresa saiu com um passivo substancialmente reduzido e reescalonado. No entanto, a recuperação do nível de atividade e de ocupação das fábricas tem ocorrido lentamente, de forma que a empresa possui um equilíbrio tênue entre geração de caixa e capacidade de serviço do endividamento.

Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade operacional depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Sob esta ótica, o investidor que detenha ações da Companhia está exposto tanto ao seu risco de continuidade como o de potencial diluição da base acionária.

Risco 2:

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

Risco 3:

Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um *"going concern"*, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Risco 4:

Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionarem riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

Risco 5:

As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, as reparações financeiras podem não ser suficientes à adequada recomposição patrimonial, por uma série de motivos, tais como: o tempo para que as indenizações sejam pagas, a dificuldade de repor rapidamente certos equipamentos chave, sobretudo máquinas desenvolvidas pela própria empresa e que podem contar com documentação técnica insuficiente à sua reconstrução, a impossibilidade de precisar os tempos necessários à retomada, que podem ser superiores à duração dos lucros cessantes segurados, imprecisão na avaliação do custo de reposição dos bens segurados, a impossibilidade de antecipar o tamanho dos riscos incorridos por terceiros em razão de falhas dos nossos produtos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

No quesito câmbio, a exposição da Companhia concentra-se em três itens:

- (i) Na dívida contrata em moeda estrangeira, que soma aproximadamente US\$ 15 milhões
- (ii) Nos pagamentos devidos a fornecedores por insumos adquiridos no exterior, ou as aduanas em decorrência da sua nacionalização. A quantificação dessa exposição é mais complexa e variável. Isto porque tanto os volumes de compras como a origem dos insumos variam amplamente, havendo momento em que há pouquíssimas compras internacionais e outros onde as compras internacionais dominam o contexto. Em especial, os contratos de fabricação de cabos são dependentes de matérias primas importadas que podem responder por até 80% do custo dos produtos. Já no caso de válvulas, existe uma componente de importações que avizinha-se de um patamar intermediário, mas que, como dito, pode variar muito. No caso de compósitos, há um viés para maior teor de insumos importados.
- (iii) Nos recebimentos de clientes por exportações. Frequentemente os grandes projetos na área de petróleo e gás demandam a exportação real ou ficta dos produtos. Em ambos os casos, as receitas são contratadas em divisas. Como não é possível determinar antecipadamente a proporção das receitas, o investidor deve observar a natureza dos fornecimentos em curso para fazer seu juízo sobre o risco cambial.

No campo das taxas de juro, relevante observar que a maior parte do endividamento da Companhia é decorrente da Recuperação Judicial e indexado à TR. Nesse sentido a TR somente assume valores em ambientes de juros muito elevados. Parte da dívida, especialmente a de curto prazo, é pré fixada ou indexada à Selic, deixando a Companhia sujeita às suas flutuações.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, administrativa quanto na arbitral.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportada pela opinião dos advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis em demandas onde a Companhia ou as controladas são requeridas, ou seja, fazem parte do polo passivo de ditas ações.

A seguir, estão relacionados os processos contingentes não sigilosos e suas principais informações conforme posição atualizada dos assessores jurídicos externos, responsáveis pelo patrocínio de referidas demandas.

Processos em que a Companhia atua no polo ativo:

Processo nº 13888.904923/2013-79 - Contingência Tributária	
a. juízo	CARF (Conselho Administrativo de Conselho Fiscal)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/05/2014
d. partes no processo	Lupatech S/A x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.358.735,30 (oito milhões, trezentos e cinquenta e oito mil setecentos e trinta e cinco reais e trinta centavos)
f. principais fatos	Manifestação de inconformidade apresentada para ver reconhecido o saldo negativo de IRPJ
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em primeira instância administrativa a Delegacia de Julgamento entendeu que as antecipações do período não justificavam o saldo negativo declarado.
h. estágio do processo	Atualmente aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário pelo CARF
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5035212-56.2022.4.02.5101 - Contingência Tributária	
a. juízo	3ª Turma TRF2
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	09/05/2022
d. partes no processo	Lupatech Perfuração e Completação Ltda x Procuradoria da Fazenda Nacional/RJ
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.851.200,79 (dois milhões oitocentos e cinquenta e um mil duzentos reais e setenta e nove centavos)
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado para ver reconhecida a prescrição dos tributos aduaneiros decorrentes de operações havidas sob o regime especial de admissão temporária. Foi proferida sentença julgando improcedente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

Processo nº 5000941-67.2020.4.03.6134 - Contingência Tributária	
a. juízo	3ª Vara Federal de Piracicaba
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/04/2020
d. partes no processo	União Federal/Fazenda Nacional x Lupatech S/A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.374.980,53 (seis milhões, trezentos e setenta e quatro mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos)
f. principais fatos	Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, em razão da suposta

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	irregularidade da antecipação de exclusões decorrentes da amortização de ágio), especificamente em relação à parcela do agravamento da multa de 75% para 150%.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Foi dado ciência acerca da sentença que julgou procedentes os pedidos para cancelar o débito em questão.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento do recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

Processos em que a Companhia atua no polo passivo:

Processo nº 0021581-60.2015.4.03.6100 – Contingência Cível	
a. juízo	5ª Vara Federal, JF São Paulo
b. instância	1º Grau - Capital (Cível)
c. data de instauração	20 de outubro de 2015
d. partes no processo	BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento vs. Lupatech S.A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.167.447 de valor da causa
f. principais fatos	Trata-se de ação que visa promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às empresas do Grupo Lupatech.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ação de Busca e Apreensão movida pelo BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico contra Lupatech S.A. - Em Recuperação Judicial e Lupatech - Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. - Em Recuperação Judicial. Processo distribuído em 20 de outubro de 2015 com valor da causa atualizado de R\$32.514. Em acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos em 14.12.2021, foi decidido que o valor do crédito do BNDES decorrente da garantia fiduciária – objeto da busca e apreensão, será limitado ao valor das garantias prestadas que, conforme laudo de avaliação de bens datado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	de 2018, o valor de mercado destes bens é de R\$5.005, sendo este o valor sujeito a perda possível. Trata-se de ação que visa promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às referidas empresas do Grupo Lupatech. Em razão da recuperação judicial do Grupo Lupatech, em 1º de fevereiro de 2017, o juízo da 5ª Vara Federal de São Paulo, no qual se processa a ação de busca e apreensão, determinou a suspensão de todos os atos expropriatórios e submeteu ao juízo da recuperação judicial a análise acerca da essencialidade de referidas máquinas e equipamentos para as operações do Grupo Lupatech. Os bens pertencem às unidades de Macaé, Pojuca e Nova Odessa. A ação de busca e apreensão permanece em tal situação desde então. Nos autos da recuperação judicial, com exceção dos bens pertencentes à unidade de Macaé, os demais foram declarados pelo juízo como essenciais para as operações do Grupo Lupatech, obstando sua retirada, tendo o Superior Tribunal de Justiça determinado ao juízo da Recuperação Judicial a indicar outros meios, que não a apreensão dos bens, para que seja satisfeito o crédito do BNDES. Não obstante, o Grupo Lupatech também questiona nos autos da recuperação judicial (i) a higidez da garantia, em razão da existência de vícios na sua constituição, bem como (ii) o efetivo valor do crédito do BNDES acobertado pela alienação fiduciária (caso existente) de máquinas e equipamentos. O Administrador Judicial manifestou parecer favorável à posição da Companhia no sentido de que o crédito a ser considerado como extraconcursal em favor do BNDES equivale ao valor de liquidação forçada das máquinas e equipamentos, estimado em aproximadamente R\$3,5 milhões. Já o Ministério Público, no que tange ao mérito, opinou pela não implementação da condição precedente para a constituição da garantia de alienação fiduciária. Sem adentrar o mérito, o juízo da Recuperação decidiu pela impossibilidade da impugnação retardatária. Por essa razão, foi interposto recurso de agravo de instrumento perante a 2ª Câmara de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do qual a companhia requereu o reconhecimento da possibilidade de ajuizar impugnações de crédito retardatárias e, no mérito, que fosse reconhecida a integral concursalidade do crédito do BNDES em razão da ineficácia da garantia fiduciária já que não houve a implementação da condição suspensiva dos contratos celebrados com o BNDES ou, subsidiariamente, que a extraconcursalidade do crédito fosse limitada ao valor de liquidação forçada dos bens objetos da alienação fiduciária. Julgado o recurso, o TJSP entendeu por julgá-lo parcialmente provido para reconhecer a possibilidade de ajuizamento de impugnações retardatárias e, no mérito, para reconhecer que a extraconcursalidade do crédito do BNDES está limitada ao valor obtido com a excussão dos bens objeto da garantia fiduciária. O acórdão foi objeto de recurso
--	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	especial, o qual não foi admitido pelo TJSP, motivando a interposição de agravo em recurso especial. Em julgamento do Agravo em Recurso Especial, o Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso para obstar o prosseguimento da busca e apreensão de bens essenciais à preservação das atividades empresariais do Grupo Lupatech. O BNDES interpôs agravo interno da decisão proferida pelo Ministro Relator do caso. Aguarda-se a apresentação de contraminuta pela Lupatech. Tanto BNDES quanto Lupatech interpuseram agravo interno da decisão proferida pelo Ministro Relator do caso, tendo ambas as partes apresentado as respectivas contrarrazões. Aguarda-se a apreciação dos recursos pelo STJ. Autos conclusos com o Ministro Relator João Otávio de Noronha desde 29 de setembro de 2022.
h. estágio do processo	O processo da Busca e Apreensão encontra-se suspenso por determinação do Superior Tribunal de Justiça que, em recurso manejado nos autos da Recuperação Judicial, obistou a apreensão dos bens alienados fiduciariamente.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Relevância no caso em questão se dá pelo valor envolvido na demanda, sendo parte dele extraconcursal, porém, limitado ao valor dos bens alienados fiduciariamente e outra grande parte sujeita à recuperação judicial
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda dos bens alienados fiduciariamente (garantia) e a sua venda para quitar a parte extraconcursal do crédito do BNDES, parte esta que ficará limitada ao valor da alienação dos bens. O valor restante será classificado como crédito concursal e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Processo nº 5011212-71.2020.8.21.0033 – Contingência Cível	
a. juízo	4ª Vara Cível da Comarca de São Leopoldo/RS
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/10/2020
d. partes no processo	Lupatech S/A x Cordoaria CSL
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.864.957,14
f. principais fatos	Ação promovida pela Cordoaria São Leopoldo e CSL Inter visando a sustação de protesto de sentença arbitral indicado pela Lupatech alegando as partes promoventes que houve a compensação da dívida protestada em momento anterior situação que ensejaria a inexistência da dívida com a Lupatech.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Realizada a fase instrutória, as partes apresentaram suas alegações finais, estando os autos aguardando manifestação do Ministério Público.
h. estágio do processo	Processo aguardando manifestação do Ministério Público.
i. chance de perda	Remoto
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está no fato dele pretender o reconhecimento de compensação de crédito que a Lupatech teria com a CSL, crédito este que já se encontra em franca execução judicial.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Embora seja remota a chance, em caso de perda do processo tem-se dois cenários: 1º) se o juiz entender que a compensação ocorreu em 2014, o crédito da condenação perseguido pela Lupatech contra a CSL nos dias atuais se extinguiria; 2º) se o juiz entender pela existência do crédito da CSL, mas não sendo passível de compensação, o valor perseguido pela CSL deverá ser objeto de pagamento pelo Plano de Recuperação Judicial, sem qualquer implicação na cobrança dos valores pela Lupatech.

Processo nº 0007164-34.2017.8.19.0028 – Contingência Cível	
a. juízo	3ª Vara Cível de Macaé/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/06/2017
d. partes no processo	Sotep - Sociedade Tecnica de Perfuração x Petrobras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Multa contratual no valor de R\$ 9.598.681,76
f. principais fatos	Ainda não houve sentença neste processo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ação da Petrobras promovida em face da Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - Em Recuperação Judicial para o reconhecimento e cobrança de penalidades contratuais dos instrumentos nº 2100.0033047.07.2 e n.º 2100.0033049.07.2, no valor total de R\$ 9.598.681,76. A grande parte da cobrança é sujeita à Recuperação Judicial da Sotep. Apresentamos contestação em 05/08/2022 e a Petrobras apresentou réplica à contestação em 21/10/2022. Em 10/03/2023 houve despacho para especificação de provas, a qual a Petrobras em 12/04/2023 reiterou o pedido de produção prova documental incidental, testemunhal e depoimento pessoal. A Sotep em 14/04/2023 informou que não há provas a serem produzidas, sendo que as produzidas na contestação são suficientes para o deslinde da demanda Contudo, há existência de outra ação, processo 0001067-76.2021.8.19.0028, onde a Sotep busca a declaração de inexigibilidade da referida multa. Mencionada demanda judicial recebeu contestação e réplica, tendo a Sotep se manifestado no sentido de não existir novas provas a produzir. Aguardando saneamento do processo.
h. estágio do processo	Aguardando decisão a respeito da manifestação das partes em relação a produção de novas provas
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, será reconhecido o valor de multa da Petrobras, e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Processo nº 0000506-24.2011.5.05.0002– Contingência Trabalhista.	
a. juízo	2ª Vara do Trabalho de Salvador/BA
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	03/05/2011
d. partes no processo	Carlos Alberto Pantoja (Reclamante); Lupatech - Perfuração e Completarão Ltda. (Reclamada); SOTEP Sociedade Tecnica de Perfuração (Reclamada); Newton Nascimento Lins (Reclamado); e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Álvaro Campos de Souza (Reclamado)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$3.817.845,55 (três milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
f. principais fatos	Após o trânsito em julgado da sentença de mérito, condenando a empresa a verbas decorrentes do vínculo de emprego (horas extras, adicional de periculosidade, diferença de FGTS e reflexos), iniciou-se a fase de liquidação/execução da qual o Reclamante não teve interesse no recebimento do crédito nos termos do Plano de Recuperação Judicial, perseguindo o crédito contra sócios e administradores das empresas Reclamadas. Instaurado o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, este foi julgado procedente contra Newton Nascimento Lins e Álvaro Campos de Souza, pois revéis.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença julgou procedente em parte a reclamação trabalhista, condenando as Reclamadas ao pagamento de adicional salarial por desvio de função, horas extras, diferenças de adicional noturno, adicional de periculosidade e diferenças de FGTS.
h. estágio do processo	Execução. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica proposto pelo Reclamante foi julgado procedente em face de Newton Nascimento Lins e Álvaro Campos de Souza, pois revéis.
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Crédito sujeito ao Plano de Recuperação Judicial homologado.

Processo nº 0015998-86.2015.8.19.0063 - Contingência Tributária	
a. juízo	1ª Vara do Núcleo da Dívida Ativa do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	10/12/2015
d. partes no processo	Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A x Município de Três Rios/RJ
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.700.293,51 (três milhões, setecentos mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e um centavos)
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pelo município de Três Rios objetivando a cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Após o ato ordinatório e remessa para Procuradoria do Município aguarda-se andamento do processo.
h. estágio do processo	Aguarda-se a distribuição de carta precatória para citação da empresa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

Processo nº 13888.902075/2014-44 - Contingência Tributária	
a. juízo	CARF (Conselho Administrativo de Conselho Fiscal)
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/07/2014
d. partes no processo	Lupatech S/A x Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.436.455,22 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos)
f. principais fatos	Auto de infração lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório que deixou de homologar Declarações de Compensação que objetivaram o aproveitamento do crédito decorrente do saldo negativo apurado no ano-calendário 2009
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Auto de infração lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório que deixou de homologar Declarações de Compensação que objetivaram o aproveitamento do crédito decorrente do saldo negativo apurado no ano-calendário 2009
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento de Recurso Voluntário interposto ao CARF
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5046759-35.2018.4.02.5101 - Contingência Tributária	
a. juízo	10ª Vara Federal/RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	14/12/2018
d. partes no processo	Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A x União Federal/RJ
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.960.628,32 (dois milhões novecentos e sessenta mil seiscentos e vinte e oito reais e trinta e dois centavos)
f. principais fatos	Auto de infração lavrado pela União Federal, referente à cobrança das multas lançadas em decorrência do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Aguarda-se julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Nacional
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento de Recurso de Apelação interposto pela Fazenda Nacional
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

Processo nº 10580.014190/2007-05 - Contingência Tributária	
a. juízo	Receita Federal do Brasil
b. instância	RFB
c. data de instauração	20/12/2007
d. partes no processo	Lupatech Perfuração x Receita Federal do Brasil/BA
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.979.647,75 (quatro milhões novecentos e setenta e nove mil seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos)
f. principais fatos	Trata-se de Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de créditos de Contribuição Previdenciária.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Acórdão proferido pela CARF, por meio do qual o Recuso Voluntário da Empresa foi parcialmente provido, de modo a afastar a incidência de juros sobre o débito, pois os valores em discussão foram integralmente depositados em ação cautelar.
h. estágio do processo	Acórdão proferido pela CARF, por meio do qual o Recuso Voluntário da Empresa foi parcialmente provido, de modo a afastar a incidência de juros sobre o débito, pois os valores em discussão foram integralmente depositados em ação cautelar.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Alto valor envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha provisão envolvendo os processos relevantes, descritos no item 4.4, totalizando o montante de R\$ 4,3 milhões. Vale destacar que outros processos com provisão registrada, em 31 de dezembro de 2022, não foram detalhados no item 4.4 dado que individualmente não atingem a materialidade de acordo com o padrão estabelecido pela Companhia.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Processos em que a Companhia atua no polo ativo:

Ação Anulatória – Lupatech S.A	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Anulatória que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS, lançado em razão de a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à sua incidência. A sentença de primeira instância foi desfavorável à Empresa. O Recurso de Apelação interposto por ela ao Tribunal foi desprovido. Em razão disso, foram interpostos Recursos Especial e o Extraordinário. O primeiro foi admitido e o segundo, inadmitido. Foi interposto Agravo contra a decisão que não admitiu o Recurso Extraordinário da Empresa. Atualmente aguarda-se decisão dos Tribunais Superiores.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 73.568.865.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Ação Anulatória - Lupatech S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Anulatória ajuizada pela Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial contra o Estado de São Paulo, distribuída em 22 de outubro de 2015, com o objetivo de desconstituir dívida de ICMS. Defende-se, em síntese, que a fiscalização ignorou o fato de que as Notas Fiscais de entrada foram emitidas para anular notas fiscais de saída indevidamente emitidas. Proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação para excluir os juros cobrados acima da SELIC, o que será objeto de Recurso de Apelação. O Tribunal de Justiça deu provimento ao Recurso de Apelação para anular a sentença e determinar que seja realizada perícia contábil, a fim de se apurar a validade da obrigação principal.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 4.129.952.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

4.6 Processos sigilosos relevantes

Ação Anulatória - Lupatech S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário oriundo de IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010, em razão da suposta irregularidade da antecipação de exclusões decorrentes da amortização de ágio, especificamente em relação à parcela do agravamento da multa de 75% para 150%. Em abril de 2021 foi dada ciência acerca da sentença que julgou procedentes os pedidos para cancelar o débito em questão. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 6.374.980.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Cumprimento de Sentença – Lupatech S.A. (em segredo de justiça)	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Cumprimento de sentença movido contra a Cordoaria São Leopoldo visando a cobrança do valor de R\$32.782.723 referente à condenação em procedimento arbitral conforme item anterior.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	A relevância do processo está no valor envolvido em favor da Companhia, não havendo risco de perda nesse caso.
c. valor provisionado, se houver provisão	Não se aplica.

Processos em que a Companhia atua no polo passivo:

Procedimento Arbitral – Lupatech S.A. (em segredo de justiça)	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	A Companhia tem direito a ser ressarcida ao limite nominal de R\$50.000 referente a prejuízos que venha a incorrer em decorrência de eventuais contingências não conhecidas, conforme cláusula de indenizações prevista no Acordo de Investimento. Em 4 de abril de 2017, a Companhia apresentou perante a Câmara de Arbitragem do Mercado requerimento de instauração de arbitragem contra a GP Investments e seus veículos buscando o ressarcimento pelas perdas incorridas pela Companhia e oriundas de (i) contingências não conhecidas das Sociedades San Antonio, e (ii) descumprimento de obrigações e quebra de declarações e garantias. Também foi pleiteada na arbitragem a majoração do limite nominal de R\$50.000 para as indenizações.

4.6 Processos sigilosos relevantes

b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas honorários advocatícios, se houver
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (contingência ativa).

Execução Fiscal - Lupatech S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Execução fiscal contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial distribuído em 22 de outubro de 2015, por meio da qual o Estado de São Paulo objetiva a cobrança de ICMS na importação. O Juízo acolheu a defesa apresentada, o que motivou a interposição de recurso por parte da Fazenda Estadual.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 8.088.740.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Ação Ordinária - Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda. (em segredo de justiça)	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Ação ordinária de obrigação movido por Weatherford Indústria e Comércio Ltda. e Weus Holding INC na esfera de propriedade industrial. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$624, como perda possível de R\$2.080 e remota de R\$52.024. Processo distribuído em 14 de julho de 2008.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Estimativa provável R\$ 623.891; Estimativa possível R\$ 2.079.638 e Estimativa remota R\$ 52.024.439. Crédito sujeito à Recuperação Judicial.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 623.891 - A ser pago nos termos da Recuperação Judicial.

Auto de Infração - Lupatech Perfuração e Completação Ltda	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro da empresa Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial no ano calendário 2010. O arbitramento se deu em virtude de deficiências na transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD). A defesa administrativa fez prova de que o arbitramento se deu de forma equivocada, pois as irregularidades apontadas na ECD foram saneadas. Atualmente

4.6 Processos sigilosos relevantes

	aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário apresentado pela Empresa ao CARF.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 15.616.108.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Auto de Infração - Lupatech Perfuração e Completação Ltda	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, em razão de supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício de 2013. A impugnação administrativa apresentada pela Empresa abordou questões de nulidade pelo cerceamento ao direito de defesa e, em relação aos lançamentos de PIS e COFINS relacionados às receitas de “Vendas de Serviços – Mercado Nacional”, no valor de R\$2.965, defendeu tratar-se de meras provisões que fizeram parte do faturamento de janeiro de 2013, não sendo receita passível de tributação. O julgamento de Primeira Instância administrativa foi parcialmente favorável à Empresa. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário por ela interposto. Foi dado substancial provimento ao Recurso Voluntário da Empresa. Todavia, em razão de contradição entre os votos e a declaração de julgamento, foram opostos Embargos de Declaração, os quais aguardam julgamento.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 29.927.368.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Execução Fiscal – Lupatech S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Execução Fiscal da Fazenda Nacional contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, referente à cobrança de débito de IRRF. A discussão de mérito é travada nos autos de Mandado de Segurança, no qual foi proferida sentença reconhecendo que parcela substancial dos créditos tributários decorrentes de processo administrativo é improcedente. A sentença foi confirmada pelo TRF da 3ª Região. A Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial, o qual aguarda julgamento pelo STJ.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Apenas impacto financeiro. Processo sujeito a perda possível de R\$ 46.737.690.

4.6 Processos sigilosos relevantes

c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).
--	--

Auto de Infração - Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Defende-se que a liturgia legal não foi respeitada, que não foi possível aplicação da multa de 75% em razão de o lançamento em questão se dar por homologação, que o crédito tributário foi integralmente adimplido no âmbito do PERT e, subsidiariamente, que é impossível a cumulação de multas distintas pela mesma infração.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Dívida já aderida no Parcelamento Especial de Regularização Tributária. Processo sujeito a perda possível de R\$ 3.925.581.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Auto de Infração - Lupatech Perfuração e Completação Ltda.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Defende-se que a liturgia legal não foi respeitada, que não possível aplicação da multa de 75% em razão de o lançamento em questão se dar por homologação, que o crédito tributário foi integralmente adimplido no âmbito do PERT e, subsidiariamente, que é impossível a cumulação de multas distintas pela mesma infração.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo sujeito a perda possível de R\$ 14.495.796. Dívida já aderida no Parcelamento Especial de Regularização Tributária.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Auto de Infração - Lupatech Perfuração e Completação Ltda.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS

4.6 Processos sigilosos relevantes

	incidentes em importações declaradas. Apresentada Impugnação demonstrando a inclusão desses débitos no PERT.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo sujeito a perda possível de R\$ 2.854.426. Dívida já aderida no Parcelamento Especial de Regularização Tributária
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

Auto de Infração - Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A.	
a. valores, bens ou direitos envolvidos	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil contra a Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS incidentes em importações declaradas. Apresentada Impugnação demonstrando a inclusão desses débitos no PERT.
b. análise do impacto em caso de perda do processo	Processo sujeito a perda possível de R\$ 14.421.730. Dívida já aderida no Parcelamento Especial de Regularização Tributária.
c. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00 (estimativa de perda possível).

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes da Companhia e nem de suas controladas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 26 de outubro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

Riscos de Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura, clientes e fornecedores da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos.

Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

A política de gerenciamento de riscos implementada pela Companhia tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da adoção das seguintes ações: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vi) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo *The Institute of Internal Auditors- IIA*

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política; Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa; e Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

2ª Linha de Defesa: é composta pelos Assessores Legais, colaboradores e Comitês que exercem funções de compliance e assessoramento ao Conselho de Administração, e pelas demais áreas internas de suporte à 1ª Linha de Defesa. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política; Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco; Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos; Monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa; Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação; Reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades; Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, ("Auditoria Interna") da Companhia, responsável por: Atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos; Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos; e Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria") os resultados das análises independentes e dos testes de efetividade indicados no item (si) acima.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As responsabilidades se distribuem pela estrutura organizacional da Companhia da seguinte forma:

Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar e avaliar periodicamente a adequação da presente Política; (si) supervisionar, em conjunto com o Comitê de Auditoria, a estrutura de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente sua eficácia; (ii) assegurar os recursos humanos e financeiros necessários à condução das atividades de gerenciamento de risco; e (iii) aprovar o nível de exposição a risco da Companhia na condução de seus negócios.

Diretoria: responsável por (i) estabelecer as diretrizes estratégicas de apetite ao risco, a serem aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) estabelecer e coordenar a estrutura de gestão de riscos da Companhia; e (si) avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (complanei) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Assessores Legais e colaboradores com funções de *compliance*: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Comitê de Ética: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Canal de Denúncias: Atua de forma independente e objetiva, e reporta-se ao Comitê de Ética.

Líderes e demais colaboradores: Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui normas, procedimentos e políticas, que buscam garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis. Buscamos garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas; (vii) Página na internet para investidores; e (viii) relacionamento com analistas e investidores.

A Companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios e normas contábeis aplicados. Contudo é importante lembrar, que controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações e, mesmo os sistemas avaliados como eficazes, podem não detectar informações incorretas.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada equipe é responsável por atender as normas e boas práticas em relação aos seus processos e controles.

A área contábil da Companhia é responsável pela revisão das transações, consolidação das informações e adoção das normas contábeis aplicáveis. Assim como, pela elaboração das Demonstrações Financeiras, atendimento a auditoria externa e redação das notas explicativas.

As demonstrações financeiras são submetidas a revisões do Diretor de Relações com Investidores e do Comitê de Auditoria para a emissão do parecer e para a aprovação do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessários. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Compete a Diretoria de Relação com Investidores a supervisão dos controles internos e das Demonstrações Financeiras, tendo como suporte direto o Departamento Contábil na elaboração, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, garantindo o funcionamento dos controles para a divulgação externa dos resultados.

Anualmente os auditores independentes revisam os controles internos e qualquer observação ou recomendação recebida é submetida à análise dos gestores e direção. De forma independente a Companhia, a auditoria externa contratada também possui o papel de verificar a eficiência dos controles internos e processos que refletem nas demonstrações financeiras.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Para o exercício de 2022 a auditoria independente não fez recomendações ou apontou deficiências em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia busca implementar e aprimorar os controles internos dos seus processos. As observações identificadas pela auditoria independente são revisadas e adequadas, sempre que necessário. Exceto quando depende de investimentos para o qual a Companhia avalia o custo/benefício, visto que estamos numa reestruturação financeira.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, normas de conduta, e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei. Nosso Código de Relacionamento com Fornecedor, tem como objetivo alinhar as práticas da Lupatech, junto aos fornecedores e prestadores de serviço a serem observadas, garantindo integridade, transparência e conformidade nas relações da Empresa.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- ✓ Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
- ✓ Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
- ✓ Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
- ✓ Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios
- ✓ Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de Compliance é responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia-a-dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa. O Comitê de Conduta Ética da Lupatech dissemina, promove o cumprimento do Código de Conduta, analisa suas violações com total imparcialidade, averiguando soluções e medidas disciplinares de acordo com a gravidade. As responsabilidades do Comitê estão descritas em seu regimento interno e foram aprovadas pela Alta direção e Conselho de administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

É de responsabilidade de todas as pessoas envolvidas com os negócios da Companhia, conhecer o código de conduta, as normas legais e restrições aplicáveis as funções que exercem e atividades que praticam. Mais do que um material de consulta, é uma ferramenta que mostra a melhor forma de atuação e deve ser utilizado como um guia prático de conduta pessoal e profissional.

A Lupatech está comprometida com a atuação ética, transparente e de confiança. Por este motivo, acreditamos que todos os terceiros com que nos relacionamos devem demonstrar os mesmos padrões de conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2021. O endereço para consulta é <https://lupatech.globalri.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente os canais de denúncia são administrados internamente

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

5.3 Programa de integridade

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela nossa página na internet pelo link: <http://www.lupatech.com.br/canal-de-denuncia>

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade. Todas as informações recebidas serão tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas aos Canais de Denúncias são encaminhadas à Gestão de Compliance e são tratadas em conjunto com a Alta direção e o Comitê de Conduta Ética da Lupatech, que são responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não houve nenhuma ocorrência

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois conforme citado acima, existem políticas e procedimentos vigentes.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações nos principais riscos de mercado ou de gerenciamento de riscos. Contudo, a Companhia formalizou uma nova política em 2022.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARARA AZUL GESTAO DE BENS E DIREITOS S.A						
35.412.960/0001-43	Brasil	Não	Não	06/11/2023		
Não						
4.769.205	12,119	0	0,000	4.769.205	12,119	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
34.585.420	87,881	0	0,000	34.585.420	87,881	
TOTAL						
39.354.625	100,000	0	0,000	39.354.625	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	06/11/2023
Quantidade acionistas pessoa física	10.775
Quantidade acionistas pessoa jurídica	109
Quantidade investidores institucionais	29

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	33.282.088	84,570%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	33.282.088	84,570%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem participações da Companhia em outras sociedades que não as controladas detalhadas no item 6.5 a seguir.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

O capital é difuso, não havendo controladores. Os acionistas com participação superior a 5% do capital social em 06 de novembro de 2023 são: Arara Azul Gestão de Bens e Direitos S.A 12,119%. Os demais acionistas têm participação menor que 5% totalizando 87,881%.

- b. principais controladas e coligadas do emissor

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)
<u>Participações diretas</u>	
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- (Brasil)	100,00
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	5,00
Lochness Participações S/A - (Brasil)	100,00
Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	100,00
<u>Participações indiretas</u>	
Recu S.A. - (Argentina)	5,00
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A. - (Holanda)	95,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda.- (Brasil)	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A - (Brasil)	100,00
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - (Brasil)	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - (Brasil)	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	100,00

- c. participações do emissor em sociedades do grupo

Denominação Social	Sociedade	Participação na data deste Formulário de Referência
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.	Controlada Direta	100,00%
Lupatech Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.	Controlada Direta	100,00%
Lupatech Oil&Gas Coöperatief U.A.	Controlada Direta e Indireta	100,00%
Recu S.A	Controlada Direta e Indireta	100,00%
Lupatech Finance Limited	Controlada Direta	100,00%
Lochness Participações S.A.	Controlada Direta	100,00%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda	Controlada Direta	100,00%
Lupatech Perfuração e Completação Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S.A.	Controlada Indireta	100,00%
Prest Perfurações Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos.	Controlada Indireta	100,00%
Amper Amazonas Perfurações Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
UNAP International Ltd.	Controlada Indireta	100,00%
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A	Controlada Indireta	100,00%

d. participações de sociedades do grupo no emissor

Não existem participações de sociedades do grupo da Companhia.

e. Principais sociedades sob controle comum

Não existem sociedades sob controle comum.

6.6 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante a ser prestada, além daquelas já descritas nesta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês, Diretoria e Conselho Fiscal deverá observar o disposto nos documentos da Companhia, legislação e regulamentação mencionados, sem prejuízo de novas atualizações de regras e disposições, atuando sempre na proteção do interesse dos acionistas e do mercado em geral. Devendo obedecer: a. o Estatuto Social da Companhia; b. a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); c. Normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre o assunto; d. o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”).

O processo de indicação deverá sempre garantir que os órgãos colegiados da Companhia sejam compostos por profissionais altamente qualificados e comprometidos com a missão, visão e valores da Companhia, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação considerará, ainda, a diversidade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Lupatech, seus acionistas e a sociedade, se beneficiem da pluralidade de perspectivas e visões e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e representação.

São inelegíveis para os cargos de administração, conselhos e comitês da Companhia as pessoas impedidas por lei ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por 4 crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos

A Política de Indicação da Companhia pode ser consultada no seguinte *link*: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A avaliação ocorre de forma anual, e abrange cada órgão da Companhia, individual e coletivamente.

- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação do Conselho enquanto Órgão Colegiado é realizada partir de questionários e entrevistas individuais com Administradores e membros de Comitês subordinados ao Conselho de Administração. Quanto a avaliação individual, cada conselheiro recebeu apenas a sua avaliação final, atribuída pelos demais integrantes em caráter de estrita confidencialidade, de forma a assegurar a efetividade da pesquisa.

A metodologia utilizada leva em consideração fatores como: experiência, diversidade de competências, estilos de liderança e de comunicação entre os conselheiros, estruturação, agenda, número de reuniões, dispêndio de tempo para temas tratados nas reuniões, fluxo de informações e ferramentas utilizadas, qualidade das discussões e forma de tomadas de decisões.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A avaliação, portanto, possibilita a identificação das fortalezas do Órgão, dos pontos para melhoria, bem como das ações a serem implementadas, de modo a, dentre outras providências, fornecer feedbacks e submeter os nomes dos candidatos para possível processo de reeleição.

- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados de acordo com as Políticas, Regimentos, Normas da Companhia e nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração.

A Companhia e a Lei das Sociedades por Ações proíbe seus Conselheiros e Diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo Estatuto Social ou concedida através de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais Conselheiros.

- d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Informações prestadas na sessão 7.1 (d).

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O processo de indicação e contratação de profissionais da Companhia é pautado em critérios profissionais ao passo que privilegia a diversidade e a igualdade de oportunidades em todos os órgãos da administração, não havendo qualquer discriminação de cor, raça, etnia, religião, gênero, condição física, necessidade especial ou orientação sexual, podendo tais informações serem recebidas unicamente se voluntariadas e de forma autodeclaratória.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Companhia está dedicada ao desenvolvimento de suas atividades, mantendo elevados padrões de governança e transparência, administrando as operações de modo a evitar, mitigar e gerenciar impactos e riscos aos quais esteja exposta. A impossibilidade prática de mitigar riscos identificados, por quaisquer razões, não exime o seu monitoramento, devendo ser dada ciência da situação ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados frente a cada um deles, serão discutidas em reuniões, no mínimo, semestrais, entre a Auditoria Interna, Conselho de Administração e demais pessoas de interesse da Companhia ("Reuniões"). Após referidas reuniões, o Conselho de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Administração será responsável por definir as ações a serem tomadas para cada um dos riscos levantados e a Diretoria será responsável por implementá-las.

O Conselho de Administração ou a Diretoria também poderá convocar Reuniões extraordinárias caso se identifique um novo risco não anteriormente mapeado ou uma alteração significativa na exposição de um risco existente

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	1	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria.

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os trabalhos e relatórios da auditoria independente são reportados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Auditoria, havendo acompanhamento mensal e avaliação trimestral.

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O canal eletrônico ri@lupatech.com.br é o canal por meio do qual questões críticas podem chegar ao Conselho de Administração, sendo o Presidente do Conselho um dos membros da Companhia que recebem mensagens diretamente pelo canal mencionado.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome:	Carlos Mario Calad Serrano	CPF:	060.144.487-64	Profissão:	Engenheiro	Data de Nascimento:	05/09/1959
Experiência Profissional:	Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	07/12/2016

Nome:	CELSO FERNANDO LUCCHESI	CPF:	117.047.300-82	Profissão:	Geólogo	Data de Nascimento:	27/05/1950
Experiência Profissional:	Graduado em Geologia pela UFRGS em 1972, desenvolveu-se em gestão empresarial através de cursos na Fundação Dom Cabral (PGA), Insead e Wharton School. Ingressou na Petrobras em 1973, onde foi Superintendente Executivo de E&P, Diretor Gerente e membro do Comitê de Negócios, e responsável pelas atividades de Estratégia Corporativa e Desempenho Empresarial entre 2003 e 2011, incluindo planejamento estratégico, elaboração dos planos de negócios, orçamento, desempenho e análise de projetos de investimentos. Atuou como Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia desde 2013 a 2012 e foi membro do Conselho de Administração da Petroquímica Paulínia (PPSA) de 2005 a 2008 e Consultor Sênior da Schlumberger Business Consulting (SBC) de 2013 a 2015.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	17/10/2014

Nome: João Marcos Cavichioli Feiteiro **CPF:** 366.144.858-73 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 17/12/1986

Experiência Profissional: Advogado graduado pela PUC/SP, com LL.M em Direito Societário pelo INSPER. Membro do TMA - Turnaround Management Association e da ICC - International Chamber of Commerce. Atuou como executivo jurídico em companhias de grande porte do setor de petróleo e gás, acumulando relevante experiência em gestão legal estratégica, reestruturação de empresas e renegociação de passivos. Atualmente presta consultoria jurídica estratégica a seus clientes por meio do Feiteiro & Araujo Advogados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Presidente do Conselho de Administração		18/05/2023	Não	14/05/2018

Nome: Marco Antônio Miola **CPF:** 552.985.240-87 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 28/11/1971

Experiência Profissional: Graduação em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior de America - IESA e MBA em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atua na Companhia à 30 anos e assumiu gradativamente outras posições, incluindo gestão de equipes e uma experiência internacional , sendo Supervisor de PCS e Administração de Materias em uma unidade fabril que o Grupo Lupatech possuía na Argentina. Até novembro de 2013, atuou como Gerente Regional de Supply Chain. De dezembro de 2013 até março de 2023 atuou na Função de Gerente de Planta / Plant Manager, respondendo diretamente ao Diretor de Operações das unidades localizadas nas cidades de Nova Odessa SP e Veranópolis RS, posteriormente ocupou o cargo de Diretor Industrial. Dentre as principais funções, é responsável em dirigir as áreas industriais: fabricação, qualidade, suprimentos, planejamento da produção, recursos humanos e SSMA. Em maio de 2023, foi indicado ao cargo de Diretor sem designação específica, com mandato que iniciou em 30/06/2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	30/06/2023	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	30/06/2023	Não	30/06/2023

Nome: Rafael Gorenstein **CPF:** 109.628.718-85 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/11/1970

Experiência Profissional: Graduação em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA, Mestrado em Engenharia Elétrica/Pesquisa Operacional pela PUC-RJ e MBA pelo Imperial College, Londres. Atuou como executivo financeiro em Banco de investimento e em várias empresas de grande porte dos setores imobiliário, têxtil, de bebidas e de telecomunicações. Acumula relevante experiência como consultor em reestruturação. Atuou desde janeiro de 2015 até abril de 2017 como consultor financeiro da Companhia, apoiando na formulação da estratégia de reestruturação do passivo e na construção de seu plano de recuperação. Entre o período de Abril de 2017 à Dezembro de 2021, ocupou o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores na Lupatech S.A. Ocupou o cargo de Diretor Presidente até 21/03/2022. Conforme RCA 004/2022, em 22/03/2022 ocorreu a recondução ao cargo anteriormente ocupado por ele, de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Rafael Gorenstein ocupa o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	17/05/2023	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		17/05/2023	Não	27/04/2017

Nome: Simone Anhaia Melo **CPF:** 449.983.170-91 **Profissão:** Bióloga **Data de Nascimento:** 04/11/1965

Experiência Profissional: Graduada em Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988, pós-graduada em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e cursos nível doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tais como Direito Ambiental e Política Ambiental. Realizou, ainda, Curso de Regulação (PRO-REG) pela London School of Economics em 2010 e Curso de Análise de Impacto Regulatório OCDe (PRO-REG/Programa de Treinamento Banco Mundial) em 2013. Exerceu ainda os seguintes cargos (i) Gerente e Pesquisadora no Laboratório de Gestão Ambiental da Embrapa entre 1995 e 2002; (ii) Gerente Ambiental da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 2002 e 2007; (iii) Assessora Sênior da ANP entre 2007 e 2013. Atualmente, atua como consultora no setor de Óleo, Gás e Biocombustíveis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	18/05/2023	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2024	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		18/05/2023	Não	07/12/2016

7.4 Composição dos comitês

Nome: Carlos Mario Calad Serrano **CPF:** 060.144.487-64 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/09/1959

Experiência Profissional: Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	18/05/2023	18/05/2024 (1 ano)			18/05/2023	Não	26/10/2022

Nome: CELSO FERNANDO LUCCHESI **CPF:** 117.047.300-82 **Profissão:** Geólogo **Data de Nascimento:** 27/05/1950

Experiência Profissional: Graduado em Geologia pela UFRGS em 1972, desenvolveu-se em gestão empresarial através de cursos na Fundação Dom Cabral (PGA), Insead e Wharton School. Ingressou na Petrobras em 1973, onde foi Superintendente Executivo de E&P, Diretor Gerente e membro do Comitê de Negócios, e responsável pelas atividades de Estratégia Corporativa e Desempenho Empresarial entre 2003 e 2011, incluindo planejamento estratégico, elaboração dos planos de negócios, orçamento, desempenho e análise de projetos de investimentos. Atuou como Vice-Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia desde 2013 a 2012 e foi membro do Conselho de Administração da Petroquímica Paulínia (PPSA) de 2005 a 2008 e Consultor Sênior da Schlumberger Business Consulting (SBC) de 2013 a 2015.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	18/05/2023	18/05/2024 (1 ano)			18/05/2023	Não	22/03/2022

Nome: Paulo Pinese **CPF:** 921.449.938-15 **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 26/02/1957

Experiência Profissional: Administrador de Empresas pela Escola Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo e Contador graduado pela -PUC-Campinas. Auditor Externo, e Consultor Contábil e Tributário, por 42 anos. Durante sua carreira profissional foi Sócio Auditor e Consultor, das renomadas empresas Arthur Andersen Worldwide Organization, desde 1989, até 2002 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S.C., entre Junho de 2002 e Maio de 2019, quando se retirou, por aposentadoria compulsória. Desde 2019 é Membro e Presidente do Audit Committee da FEAC e Membro do Conselho Consultivo da Unimetal Indústria Ltda. Também é Perito Contador, desde 2019, atuando como Assistente Técnico indicado por escritórios de advocacia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	18/05/2023	18/05/2024 (1 ano)		N/A	18/05/2023	Não	26/10/2022

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco relacionados a administradores, controladas e controladores da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação, apenas prestação de serviço do Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro que presta serviços advocatícios à Companhia por meio do Feiteiro & Araujo Advogados, do qual é sócio.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

Ademais, é princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade “Compreensivo Empresarial”. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, bem como dos administradores da Companhia. No segmento de petróleo possui cobertura sobre transporte nacional e riscos em equipamentos de petróleo.

Em milhares de R\$ e milhares de US\$:

Finalidade de seguro	Importância segurada	
	31/12/2022	
- Seguro compreensivo empresarial	R\$	80.765
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$	6.019
- Seguro de frota internacional (*)	US\$	600

(*) Valor em US\$ mil.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossas práticas de remuneração objetivam atrair e reter profissionais de alta performance com as competências e valores requeridos por nós, e motivá-los para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos nossos resultados, em níveis competitivos aos de mercado.

A nossa filosofia de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- Interesses dos nossos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo;
- Metas e estratégias dos nossos negócios;
- Melhores práticas de mercado;
- Nossa visão, missão e valores.

Nossa política é desenhada para atrair e reter executivos capacitados, com experiência e conhecimento compatíveis com o requerido pelo cargo e com o contexto da Companhia, incentivando a atingir resultados, criando valor sustentável e de longo prazo.

As práticas retributivas devem observar os princípios do Código de Conduta da e do Programa de Integridade da Lupatech respeitando a diversidade, sem nenhum tipo de discriminação.

A Política de Remuneração da Companhia foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião datada de 26 de outubro de 2022 e pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
 - ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
 - iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Remuneração da Diretoria Estatutária

A remuneração global da Diretoria Estatutária poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa e benefícios; (ii) remuneração variável; (iii) incentivos de longo prazo.

• Remuneração Fixa e benefícios: Composta por honorários (pró-labore) e benefícios. Tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista por reconhecimento meritocrático, por ajustes de responsabilidades do cargo, a critério do Conselho de Administração, de forma a assegurar a competitividade da remuneração. Além da remuneração, os membros da Diretoria fazem jus a um pacote de benefícios, compatível com suas funções, respeitados parâmetros de

8.1 Política ou prática de remuneração

mercado e regiões de atuação, os itens comumente abrangidos incluem: plano de saúde, vale refeição, seguro de vida, entre outros.

- Remuneração variável: composta pela remuneração variável anual, paga na forma de premiações, gratificações ou PLR. Tem como objetivo remunerar o executivo conforme o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos. O propósito é direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos, visando atender aos interesses dos acionistas e demais stakeholders da Companhia. Deverá ser revisada anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia. Este tipo de remuneração é de natureza extraordinária e variável, existindo sempre a possibilidade que nenhum montante seja recebido se os requisitos para o seu recebimento não forem preenchidos. Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração em contrapartida ao atingimento de objetivos definidos antecipadamente, mas poderão também receber valores definidos por liberalidade pela Companhia, conforme critérios aprovados pelo Conselho de Administração. A remuneração variável também poderá, a critério do Conselho de Administração e respeitados os limites definidos pela Assembleia Geral, seguir mecânicas de mercado como bônus de contratação, de retenção, de projeto ou “páraquedas”, em caso de rescisão.

- Incentivos de longo prazo: Por meio da implementação de planos de outorga de opções de compra ações, a Companhia visa gerar incentivos de longo prazo, bem como, alinhar os seus interesses e os interesses dos Diretores. Neste componente, o Diretor pode adquirir ações usando recursos próprios, desde que observadas as condições do programa.

Qualquer incentivo baseado em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou outro mecanismo, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

Os planos de incentivo de longo prazo envolvendo a aquisição de ações que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regimentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

Remuneração do Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração atribuir os honorários de cada um de seus membros, bem como estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração, desde que respeitados os limites previamente estabelecidos em Assembleia Geral.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração será composta pelos seguintes elementos: Remuneração Fixa: É composta pelo pró-labore mensal fixo que deverá ser equivalente para todos os membros, observada a possibilidade de remuneração adicional de outras responsabilidades específicas tais quais as participações em comitês, também sendo admitida uma remuneração fixa superior para o Presidente do Conselho de Administração.

Os Conselheiros não fazem jus a remuneração variável e ao pacote de benefícios em razão do exercício de seus respectivos cargos. Os Conselheiros poderão renunciar a sua remuneração mediante comunicação ao Conselho de Administração. A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	100%	23,78 %	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	69,90 %	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	N/A	5,28 %	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	1,04%	N/A
Total	100%	100%	N/A

2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	100%	73,71%	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	9,63%	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	N/A	12,42%	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3,23%	N/A
Total	100%	100%	N/A

2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	63%	72,29%	N/A
Remuneração Variável (c)	N/A	27,71%	N/A
Remuneração baseada em ações (d)	37%	N/A	N/A
Benefícios Diretos e Indiretos	N/A	3,61%	N/A
Total	100%	100%	N/A

8.1 Política ou prática de remuneração

Nota:

(a) – Considerado os valores anuais de 2022 para a Diretoria;

(b) – Remuneração fixa, incluindo encargos sociais;

(c) – Remuneração variável é condicionada a retenção da Administração e ao atingimento de certos patamares de rentabilidade para que sejam pagos aos Diretores Estatutários;

(d) – Remuneração baseada em ações – os Diretores Estatutários, conselheiros, bem como outros colaboradores da Companhia, são elegíveis ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. Os cálculos apresentados são baseados na diferença entre o valor de mercado das ações e o preço de exercício das opções detidas por cada Diretor Estatutário. Em que pese o título da sessão, que segue o padrão orientado pela CVM, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

- Sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os níveis de remuneração são balizados na prática de mercado, obtida anualmente através de pesquisas salariais, das quais são selecionados painéis específicos de empresas que reflitam uma combinação das seguintes características:

- Porte similar ao das nossas unidades, em termos de faturamento;
- Setor de atuação;
- Filosofias de remuneração consistentes e similares;
- Nossa Política de Remuneração.

A Remuneração Fixa, ou honorários fixos, são baseados na mediana de mercado, e reajustados ou renegociados anualmente conforme mercado, desempenho individual e outros fatores, tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

Os benefícios oferecidos seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios:

- Plano de saúde;
- Seguro de vida.

A Remuneração Variável concedida aos diretores estatutários compreende premiações tanto por liberalidade da empresa em razão de desempenho superior, como pelo atingimento de objetivos balizados por indicadores de desempenho financeiro e operacional, liquidez, geração de caixa ou vinculados ao processo de reestruturação do grupo. Ressalvadas disposições contratuais, a Companhia não está obrigada a esta forma de remuneração, a qual é anualmente deliberada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária, em forma e critérios que visem estimular e reter os seus profissionais.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos e desempenhos individuais, em níveis competitivos com os de mercado. A remuneração fixa é baseada na mediana de mercado obtida através de pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e no desempenho individual.

A remuneração variável da Diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio e de reestruturação, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo.

Os principais indicadores financeiros usados na remuneração variável anual são baseados em EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), na obtenção de recursos financeiros para o soerguimento da companhia, no cumprimento do plano de recuperação judicial, entre outros.

8.1 Política ou prática de remuneração

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O posicionamento desejado da competitividade da remuneração total está descrito na nossa Política de Remuneração. Os objetivos desta composição são:

- Competitividade com a prática de mercado, que permite atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
- Gestão do processo crítico do Plano de reestruturação do capital e da dívida;
- Retenção de executivos para a gestão do processo de reestruturação da empresa em um momento crítico do segmento de óleo e gás;
- Condicionar uma parcela da remuneração ao desempenho da empresa;
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de risco moderados;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias ou controladas.

A Diretoria pode receber parte da remuneração prevista através de subsidiárias, visando equilibrar o dispêndio em proporção do tempo e atenção empenhados nas atividades do grupo.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Se aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, os membros da Diretoria podem ser eventualmente premiados por eventos societários que envolvam a recapitalização da companhia, com ou sem alteração de controle societário.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.122.000,00	2.706.000,00		3.828.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	224.563,68		224.563,68
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	179.520,00	432.960,00		612.480,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.013.000,00		2.013.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	322.080,00		322.080,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.		
Total da remuneração	1.301.520,00	5.698.603,68		7.000.123,68

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,33		7,33
Nº de membros remunerados	5,00	2,33		7,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	1.995.000,00		3.015.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	127.202,14		127.202,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	63.869,00	122.911,50		186.780,50
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.200.000,00		1.200.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	76.200,00		76.200,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014.		
Total da remuneração	1.083.869,00	3.521.313,64		4.605.182,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,08		7,08
Nº de membros remunerados	5,00	2,08		7,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.020.000,00	1.910.000,00		2.930.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	87.443,42		87.443,42
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	44.685,20	83.378,50		128.063,70
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	232.500,00		232.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	27.900,00		27.900,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. (1) Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade. No exercício de 2020, a companhia outorgou opções à Diretoria Estatutária e a membros do Conselho de Administração, que mensuradas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício indicavam um montante referencial de R\$ 363.000,00.			
Total da remuneração	1.064.685,20	2.341.221,92		3.405.907,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00		7,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	765.000,00	1.661.250,00		2.426.250,00
Benefícios direto e indireto	0,00	75.204,52		75.204,52
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	29.835,00	63.715,13		93.550,13
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.150.000,00		1.150.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	230.000,00		230.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. (1) Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade. No exercício de 2020, a companhia outorgou opções à Diretoria Estatutária e a membros do Conselho de Administração, que mensuradas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de exercício indicavam um montante referencial de R\$ 508.635,00.			
Total da remuneração	794.835,00	3.180.169,65		3.975.004,65

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2013000,00		2.013.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2013000,00		2.013.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,33		2,33
Nº de membros remunerados		2,33		2,33
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1830000,00		1.830.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1830000,00		1.830.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1200000,00		1.200.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,08		2,08
Nº de membros remunerados		2,08		2,08
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1680000,00		1.680.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1680000,00		1.680.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		232500,00		232.500,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		2,00		2,00
Nº de membros remunerados		2,00		2,00
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1814400,00		1.814.400,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		1814000,00		1.814.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1150000,00		1.150.000,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Em que pese o título da sessão, que segue as orientações impostas pela CVM, nem o Plano de Opções, nem o Plano de Incentivo de Longo Prazo contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam vigentes (i) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano 2017"), sendo os termos e condições gerais aqueles constantes da minuta divulgada ao mercado em 16 de março de 2017 e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2017, e (ii) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano 2020"), sendo seus termos e condições gerais aqueles constantes da minuta aprovada no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2020.

Cumprir mencionar que o Plano 2017, apesar de vigente, já teve a integralidade das suas opções outorgadas, faltando tão somente o seu exercício pelos beneficiários e/ou o decorrer do prazo de exercício para o seu encerramento.

Ademais, o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano 2019"), cujos termos e condições gerais constam da minuta aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 13 de maio de 2019, igualmente já teve todas as opções outorgadas, sendo que as últimas opções em aberto foram integralmente exercidas em 30 de abril de 2021, de forma que o referido Plano 2019 está encerrado.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano 2017: aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2017.

Plano 2020, aprovado no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2020 e rerratificado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 19 de maio de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano 2017:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

Em 25 de junho de 2020, foram outorgadas as últimas opções disponíveis no âmbito do Plano 2017. Dessa forma, o Plano de 2017 permanece vigente até 24 de junho de 2024 para o exercício das opções. Parte das outorgas tem o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia.

Em 30 de abril de 2021, as opções outorgadas no âmbito do Plano de 2017 têm o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia foi ajustada para refletir o potencial aumento de capital por meio dos Eventos Societários, os quais suscitarão o aperfeiçoamento das condições suspensivas das opções outorgadas no âmbito do Plano 2017, passando a ser exercíveis até 723.983 (setecentas e vinte e três mil, novecentas e oitenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 10% (dez por cento) dos Eventos Societários não

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

aperfeiçoados, incluindo as próprias ações relativas ao exercício das opções, conforme artigo 11 do Plano 2017.

Plano 2020:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2020 não excederá 2.550.000 (dois milhões) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2020 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

Máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item “c” acima. O número máximo de opções não excederá o correspondente ao número de ações estabelecidas nos Planos.

e. condições de aquisição de ações

Podem participar do Plano de Opção os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos para a Companhia e de suas sociedades controladas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos beneficiários do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, respeitados os parâmetros legais e os seguintes critérios:

Para o Plano 2017, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado no período de até 180 (cento e oitenta) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2020, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção. Exceto se deliberado contrariamente pelo Conselho de Administração:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano 2017

- a obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á em parcelas constantes e anuais durante 5 (cinco) anos, ou seja, 20% (vinte por cento) ao final do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário, considerando o Conselho de Administração pode autorizar o direito aos primeiros 20% (vinte por cento) no momento da outorga; e
- o beneficiário deverá exercer sua opção em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção.

Plano 2020:

- As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.
- A Opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o prazo de exercício da Opção a ser determinado pelo Conselho de Administração de acordo com as diretrizes desse Plano Incentivado Baseado em Ações 2020. O Conselho de Administração poderá, também, determinar outras condicionantes, além do prazo, para o exercício das Opções.

h. forma de liquidação

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Conselho de Administração, em dinheiro ou com créditos de remuneração detidos contra a companhia, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese do Conselho de Administração autorizar a integralização parcelada das ações.

i. restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos termos dos Planos não poderão ser alienadas, transferidas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, salvo se autorizado pelo Conselho de Administração.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de acionistas da Companhia. O término da vigência dos Planos não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

k. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no Plano de Opção

Nenhuma disposição dos Planos confere direitos aos beneficiários relativos à garantia de permanência como nosso colaborador ou prestador de serviços ou de nossas subsidiárias ou interfere de qualquer modo com os nossos direitos e de nossas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o beneficiário.

Na eventualidade do beneficiário retirar-se da nossa Companhia:

- a. por sua única e exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao Conselho de Administração definir individualmente no Contrato de Opção as regras e disposições aplicáveis;
- b. por iniciativa da Companhia, com justa causa e/ou em decorrência de rescisão contratual motivada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, inclusive, a título de penalização, as que já estejam aptas para serem exercidas.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data de outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações. Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2022, detinha, conforme previsto nos Planos 2017 e 2020, as seguintes quantidades:

Cargo	Nome	Plano 2017 Total Outorgado	Plano 2020 Total Outorgado	Total de Opções Outorgadas	Opções Exercidas	Opções aptas ao exercício	Opções ainda não aptas ao exercício	Opções condicionadas a Eventos Societários ou Ratificação
CEO/DRI	Rafael Gorenstein	2.659.676	860.000	3.519.676	1.793.572	1.118.130	306.262	301.712
COO	Paulo Prado da Silva	531.933	-	531.933	117.953	353.637	-	60.343
Chairman	João Marcos Cavichioli Feiteiro	243.071	383.000	626.071	74.648	333.310	77.884	140.229
Conselheiros	Simone Anhaia Melo	-	60.000	60.000	-	-	-	60.000
Conselheiros	Carlos Mario Calad Serrano	-	60.000	60.000	-	-	-	60.000
Conselheiros	Celso Fernando Lucchesi	-	60.000	60.000	-	-	-	60.000

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Em 2021 houve exercício da integralidade das opções outorgadas no âmbito do Plano 2019 e de parte das opções outorgadas no âmbito do Plano 2017 por parte dos Srs. Rafael Gorenstein e Paulo Prado da Silva, bem como de determinados colaboradores chave da Companhia, no âmbito do Plano 2017, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 30 de abril de 2021, no valor total de R\$2.383.208,84 (dois milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e oito reais e oitenta e quatro centavos), mediante a emissão de 1.793.063 (um milhão, setecentas e noventa e três mil e sessenta e três) novas ações.

Em 2022 houve exercício das opções de compra pelos Srs. Rafael Gorenstein, Paulo Prado da Silva e João Marcos Cavichioli Feiteiro, no âmbito dos Planos 2017 e 2020, tendo sido pago o valor total de R\$ 1.434.398,11 (um milhão, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e onze centavos), por meio de créditos detidos contra a Companhia, para aquisição de um total de 1.136.151 (um milhão, cento e trinta e seis mil, cento e cinquenta e uma) ações ordinárias da Companhia, subdivididas em: (a) 971.916 (novecentas e setenta e uma mil, novecentas e dezesseis) ações ordinárias para o Sr. Rafael Gorenstein; (b) 89.587 (oitenta e nove mil, quinhentas e oitenta e sete) ações ordinárias para o Sr. Paulo Prado da Silva e 74.648 (setenta e quatro mil, seiscentas e quarenta e oito) ações ordinárias para o Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro, conforme Reunião do Conselho de Administração datada de 28 de setembro de 2022.

2020

Não houve – N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues**2021**

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2,08
c. Número de membros remunerados	0	2
d. Número de ações	-	1.766.190
e. Preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 1,31
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas		R\$ 1,64
i. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	582.842,70

2022

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2,33
c. Número de membros remunerados	1	2
d. Número de ações	74.648	1.061.503
e. Preço médio ponderado de exercício	1,78	1,22
f. Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	2,22	1,86
g. Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	32.845,12	679.361,92

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações. Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

2020

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2
c. Número de membros remunerados	1	2
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	1,094899%	3,327254%

2021

Não houve – N/A

2022

a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número total de membros	5	2,33
c. Número de membros remunerados	4	0
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,616203%	-

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Ademais, as informações das outorgas de opções estão indicadas nos itens 8.7 e 8.8.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,33	
Nº de membros remunerados	1,00	2,00	
Nº de ações	74.648	1.061.503	
Preço médio ponderado de aquisição	1,78	1,22	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	2,22	1,86	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-32.845,12	-679.361,92	

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,08	
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	
Nº de ações	0	1.766.190	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	1,31	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	1,64	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-582.842,70	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

No momento da outorga de opções, o Conselho de Administração leva em conta as regras vigentes dos respectivos planos de outorga, e toma por base para precificação o preço vigente do ativo subjacente em bolsa de valores e o preço de exercício outorgado aos respectivos beneficiários, podendo ser usado o modelo de avaliação *Black-Scholes* para análises.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício é definido pelo Conselho de Administração e poderá ser atualizado a seu critério.

Volatilidade esperada

A volatilidade é mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

Prazo de vida da opção

Considera-se o prazo de duração a partir da data da outorga.

Dividendos esperados

A taxa de distribuição dos dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado determinado na data da precificação da opção.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

8.12 Precificação das ações/opções

- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão no Plano de Opção o exercício antecipado das opções.

- d. forma de determinação da volatilidade esperada

É mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Na data-base de 03 de janeiro de 2023, referenciando ao fechamento do pregão de 30 de dezembro de 2022, os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possuíam a seguintes posições acionárias na Companhia:

Cargo	Nome	Ações (qtd.)	Partic. (%)
Membro Efetivo do C.A.	Carlos Mario Calad Serrano	166.115	0,54
Membro Efetivo do C.A.	João Marcos Cavichioli Feiteiro	76.277	0,25

Os demais membros do nosso Conselho de Administração, não possuem ações ou cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas por sociedades controladas ou sob controle comum. Os Srs. Rafael Gorenstein e Paulo Prado da Silva informam que são detidas por pessoas a eles vinculadas, respectivamente, as participações de 4.852.367 ações e 181.604 ações.

As opções outorgadas encontram-se detalhadas no item 8.7.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não concedemos ao Conselho de Administração e à nossa Diretoria Estatutária plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2,33	2,08	2,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,33	2,08	2,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.400.000,00	1.350.000,00	2.250.000,00	300.000,00	300.000,00	225.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	660.000,00	742.500,00	700.000,00	180.000,00	180.000,00	135.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.509.134,00	1.123.787,00	1.590.084,00	216.774,00	212.937,00	158.967,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que até o mês de março havia 03 Diretores e nos demais meses apenas 2 Diretores. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses
31/12/2021	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que no último mês de dezembro havia 3 Diretores e nos demais meses apenas 2 Diretores. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.
31/12/2020	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2022	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.
31/12/2021	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.
31/12/2020	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não houve arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há acionista controlador e, portanto, o item não é aplicável.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Os membros do nosso Conselho de Administração, Diretoria e/ou Comitês não receberam qualquer remuneração além daquela inerente à função que ocupam na nossa Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria Estatutária não receberam qualquer remuneração de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas.

8.20 Outras informações relevantes

Entendemos que prestamos todas as informações relevantes e cabíveis nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2022	01/01/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria das demonstrações financeiras, incluindo revisões trimestrais (ITRs), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (controladora e consolidado) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB (consolidado), da Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas. Emissão de Relatórios de Recomendações.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Para o exercício de 2023: R\$ 295.064,04 (sem impostos) para os serviços objeto da contratação.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, visto que o único objeto contratado é de Auditoria das demonstrações financeiras, revisões trimestrais (ITRs) e Emissão de Relatórios de Recomendações.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	8	29	0	0	0
Não-liderança	129	306	0	0	0
TOTAL = 472	137	335	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	37
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	435
TOTAL = 472	0	0	0	0	0	0	472

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	28	9
Não-liderança	114	251	70
TOTAL = 472	114	279	79

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	14	23	0
Não-liderança	0	0	0	124	310	1
TOTAL = 472	0	0	0	138	333	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	137	1	0	0	0
Sul	0	333	0	0	0
Exterior	0	1	0	0	0
TOTAL = 472	137	335	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	138
Sul	0	0	0	0	0	0	333
Exterior	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL = 472	0	0	0	0	0	0	472

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	33	82	23
Sul	81	196	56
Exterior	0	1	0
TOTAL = 472	114	279	79

10.1 Descrição dos recursos humanos

- 10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:
- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2021	Exercício social encerrado em 2022
Colaboradores terceirizados	13	14	15
Áreas de Atuação			
Administrativo	8	8	8
Operacional	5	6	7
Distribuição Geográfica			
Região Sul	7	7	7
Região Sudeste	6	7	8

- c. índice de rotatividade

	Exercício social encerrado em 2020	Exercício social encerrado em 2021	Exercício social encerrado em 2022
Rotatividade	21%	23%	33%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não há outros indicadores que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Consideramos nossa política de Recursos Humanos como parte integrante de nossa estratégia empresarial para auxiliar o nosso crescimento de forma organizada, através da clarificação da estrutura de cargos, papéis e responsabilidades.

Por meio da política, visamos oferecer um sistema de remuneração que fortaleça nossa capacidade de atração, reconhecimento e retenção, reconhecendo a performance, bons resultados e contribuições diferenciadas.

A remuneração é composta por duas partes:

- Fixa – salário mensal, consistente com as melhores práticas do mercado;
- Variável – recompensa a realização de resultados de curto e longo prazo.

b. política de benefícios

Estabelecemos critérios claros e transparentes para a concessão de benefícios, oferecemos um pacote com o intuito de atrair e reter talentos, aumentar o engajamento e a qualidade de vida dos colaboradores.

De forma geral, são oferecidos os seguintes benefícios: seguro de vida, vale refeição ou refeitório próprio, vale transporte, plano de saúde e odontológico.

Realizamos pesquisas de mercado para alinhar as melhores práticas, visando sempre oferecer aos nossos colaboradores condições para o bom desempenho de suas atividades profissionais, de forma competitiva.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2020

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2020 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado 2020 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção, b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, c) o prazo final para o exercício da Opção, d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento, e e) eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício – O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano- Até 2.550.000 (dois milhões e quinhentas e cinquenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2023

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2023 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção; b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, devendo ser respeitado o cumprimento de condições mínimas necessárias para o exercício do direito outorgado ou recebimento das opções (vesting), com período de carência de pelo menos 12 (doze) meses; c) o prazo final para o exercício da Opção; d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento; e e. eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício - O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo 10 (dez) pregões, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano - Até 3.140.000 (três milhões e cento e quarenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A Razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é 0,03%.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Gerenciamos as relações de trabalho, individuais ou coletivas, buscando construir bases para um relacionamento direto, confiável e duradouro, em atendimento a legislação aplicável.

Asseguramos também nosso direito inerente de administrar nossos recursos humanos em todas as regiões onde possuímos operações, sempre respeitando as negociações com as entidades sindicatos de forma clara e transparente. Por outro lado, reconhecemos o papel dos sindicatos como órgão representante dos nossos colaboradores e garantimos a liberdade de organização sindical.

É garantida aos colaboradores da Lupatech a liberdade de associação sindical. A companhia busca manter uma agenda de diálogo aberta com entidades de representação de seus colaboradores, que vai além das negociações coletivas e mudanças de legislação. Nos últimos três exercícios não houve ocorrências relacionadas a paralisações ou greves.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de outubro de 2022, que visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia, e suas controladas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política abrange, mas não se limita: (i) as diretrizes do Estatuto Social da Companhia; (ii) o “Código de Conduta” da Companhia (“Código de Conduta”); (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente).

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível no site da Lupatech RI

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3498_Politica-de-Transacoes-com-Partes-Relacionadas.pdf

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grupo Lochness	01/01/2018	10.179.229,16	10.179.229,16	10.179.229,16	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Lupatech Equipamentos	01/01/2018	10.308.380,45	10.308.380,45	10.308.380,45	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas e subrogação recuperação judicial					
Posição contratual do emissor	Credor					
Lupatech Finance	28/12/2018	1.251.270,00	1.251.270,00	1.251.270,00	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Credores quirografários Classe III					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Credores quirografários Classe III					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Lupatech Finance Limited	31/12/2017	227.331.436,14	141.417.521,32	141.417.512,32	Indeterminado	0,400000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Passivo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas					
Rescisão ou extinção	Poderá ser extinto, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento; (ii) violação contratual; (iii) rejeição da nota; (iv) declaração falsa; (v) cross default; (vi) insolvência; (vii) reorganização societária sem assunção de obrigações; (viii) dissolução; (ix) caso o cumprimento de qualquer obrigação nos termos da nota se torne ilícito.					
Natureza e razão para a operação	Compensação de Créditos e Repactuação de juros					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Mipel Sul	31/12/2022	335.583,98	335.593,98	335.583,98	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Venda de produtos					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber referente às vendas de produtos.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A	31/12/2021	12.999.100,93	12.154.002,13	12.154.002,13	Indeterminado	0,00
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo passivo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Subrogação de crédito					
Posição contratual do emissor	Devedor					
UNAP International Ltd.	12/12/2014	367.327,73	402.659,66	402.659,66	Indeterminado	12,000000

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Ativo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Necessidade de capital de giro.					
Posição contratual do emissor	Credor					
UNAP International Ltd.	30/09/2014	19.820.066,50	12.240.964,08	12.240.964,08	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Ativo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizados.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Plano de Recuperação Extrajudicial.					
Posição contratual do emissor	Credor					
UNAP International Ltd.	31/12/2020	32.744.260,93	32.876.581,34	32.876.581,34	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo passivo					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Subrogação de crédito					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Transações com partes relacionadas

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Os acionistas, administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar aos assessores legais da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria que possa representar potenciais conflitos de interesses, devem reportá-lo imediatamente. Adicionalmente, devem abster-se de interferir de qualquer forma na operação, incluindo, mas não se limitando, a votar em tal deliberação.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do respectivo órgão que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

No caso de conflitos de interesses por ocasião da deliberação de operações que possam caracterizar transações com partes relacionadas, caberá ao presidente da mesa, seja da assembleia ou da reunião, decidir, no curso do próprio conclave, pelo impedimento do acionista/administrador em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à autoridade judicial ou arbitral competente.

Se qualquer transação com partes relacionadas não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos na Política antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao órgão competente de aprovação. Esse órgão deverá conduzir a análise conforme previsto na Política e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da relação com as Partes Relacionadas envolvidas.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação, bem como taxas de juros de mercado, quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta Seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/11/2023			1.918.204.712,99
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
39.354.625		0	39.354.625

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/11/2023			1.918.204.712,99
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
39.354.625		0	39.354.625

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/11/2023			1.918.204.712,99
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
39.354.625		0	39.354.625

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
12/04/2017			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
60.739.209		0	60.739.209

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipótese de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	24/03/2023
Data de vencimento	24/03/2025
Quantidade	17.735.600
Unidade	
Valor total R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Ações de emissão da Companhia subscritas em razão do exercício dos Bônus de Subscrição ("Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição") somente poderão ser integralizadas em dinheiro ou com créditos, desde que extraconcursais ou listados nas Classes II, III e IV do Plano de Recuperação Judicial ("Créditos BS"), detidos contra a Emissora ou sociedades por ela controladas. As Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição serão ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Emissora. Os Debenturistas que desejarem exercer, total ou parcialmente, seus Bônus de Subscrição deverão fazê-lo mediante comunicação escrita à Emissora, na forma de notificação de exercício ("Notificação de Exercício"), a qual deverá ser remetida à Companhia segundo às instruções dela constantes.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Subscrição e integralização: Para cada Debênture da 4ª Emissão de Debêntures, serão entregues gratuitamente como vantagem adicional 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentos) bônus de subscrição, os quais conferirão a seus titulares o direito de subscrever e integralizar 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentas) ações, na proporção de 1 (uma) Ação para cada 1 (um) bônus exercido ("Bônus de Subscrição"), nos termos e condições da respectiva emissão dos Bônus de Subscrição, realizada em conjunto com a 4ª Emissão de Debêntures. O exercício dos Bônus de Subscrição é facultativo, sendo que perderão sua validade se não exercidos dentro do Prazo de Exercício, sem que seja devido ao titular qualquer compensação pela sua expiração. A titularidade do Bônus de Subscrição, por si só, não assegura ao seu detentor qualquer direito a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros proventos ou direitos políticos. Somente a partir do efetivo recebimento das Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição é que serão fruídos os mesmos direitos pertinentes às Ações da Companhia. No momento da homologação final, foram emitidos 17.735.600 (dezessete milhões e setecentos e trinta e cinco mil e seiscentos) Bônus de Subscrição. Não há preço de emissão dos Bônus de Subscrição, visto que sua emissão se deu de forma gratuita, a título de vantagem adicional no âmbito da Emissão de Debêntures. Considerando a homologação final, as 149 (cento e quarenta e nove) Debêntures remanescentes, não subscritas, foram canceladas, nos termos da 4ª Emissão de Debêntures. Sendo cancelados também os 26.164.400 (vinte e seis milhões e cento e sessenta e quatro mil e quatrocentos) Bônus de Subscrição que seriam emitidos como vantagem adicional caso houvesse a emissão total das Debêntures.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures Conversíveis
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	24/03/2023
Data de vencimento	24/03/2024
Quantidade	101
Unidade	
Valor total R\$	10.100.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Debêntures serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda junto ao público em geral e sem a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, e a Emissão respeitará o direito de preferência dos acionistas da Companhia, de acordo com o artigo 57, §1º, e o artigo 171, §2º e §3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). As Debêntures serão obrigatoriamente conversíveis em Ações, e terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens das demais Ações, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Estatuto Social ("Conversão"). As Debêntures serão convertidas (i) a qualquer momento, a exclusivo critério dos seus respectivos titulares ("Conversão Voluntária"); ou (ii) mandatoriamente ao final do Prazo de Vencimento das Debêntures ("Conversão Obrigatória"). Ressalvada a hipótese de Vencimento Antecipado das Debêntures, a Conversão é a única forma pela qual os Debenturistas terão a liquidação de suas Debêntures, conforme os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão. Em 03 de maio de 2023 conforme RCA 012/2023 foi autorizado a emissão de 51 debêntures concomitantemente em 05 de maio de 2023 ocorreu o aumento do Capital Social de R\$ 4.199.997,12 em virtude da deliberação sobre conversão voluntária de 42 Debêntures da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, conforme RCA 014/2023. Em 11 de julho de 2023 conforme RCA 026/2023, 25 Debêntures foram convertidas em ações, com um consequente aumento do Capital Social de R\$ 2.524.231,94 em virtude da deliberação sobre conversão voluntária de 25 Debêntures da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 02 de agosto de 2023 conforme RCA 027/2023, 33 Debêntures foram convertidas em ações, com um consequente aumento do Capital Social de R\$ 3.359.169,37 em virtude da deliberação sobre conversão voluntária de 33 Debêntures da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 07 de agosto de 2023 conforme RCA 028/2023, 1 Debênture foi convertida em ações, com um consequente aumento do Capital Social de R\$ 101.942,72 em virtude da deliberação sobre conversão voluntária de 1 Debênture da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	As características relevantes e detalhes da emissão podem ser verificadas na RCA 007/2023 datada de 24 de março de 2023. A homologação final da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia alcançou o montante de R\$ 10.100.000,00 (dez milhões e cem mil reais), sendo emitidas ao todo 101 (cento e uma) Debêntures, dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Considerando a homologação final, as 149 (cento e quarenta e nove) Debêntures remanescentes, não subscritas, foram canceladas, nos termos da 4ª Emissão de Debêntures. Sendo cancelados também os 26.164.400 (vinte e seis milhões e cento e sessenta e quatro mil e quatrocentos) Bônus de Subscrição que seriam emitidos como vantagem adicional caso houvesse a emissão total das Debêntures. Em 07 de agosto de 2023, foi concluída a conversão de todas as debêntures dessa 4ª emissão.
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	29/10/2018
Data de vencimento	28/10/2025
Quantidade	3.404.528
Unidade	
Valor total R\$	340.452.800,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e pelo Bradesco S.A., os Bônus de Subscrição (“Bônus”) serão exercíveis a exclusivo critério de seu titular, a partir de 26 de dezembro de 2018 até o dia 28 de outubro de 2025 (inclusive) (“Período de Exercício” e “Exercício do Bônus”, respectivamente). O Exercício do Bônus é facultativo, sendo que os Bônus perderão sua validade se não exercidos dentro do Período de Exercício, sem que seja devido ao subscritor qualquer compensação pela sua expiração. Os Bônus poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por ação, sendo certo que cada Bônus, unitariamente, confere ao seu titular o direito de aquisição de uma única ação ordinária da Companhia. Na hipótese de exercício de 100% (cem por cento) dos Bônus, serão acrescidas ao Capital Social da Companhia 3.404.528 (três milhões, quatrocentas e quatro mil, quinhentas e vinte e oito) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Os Bônus emitidos são destinados ao pagamento de parcela dos créditos sujeitos à relevantes Recuperação Judicial da Companhia, detidos pelos credores de classes II, III e IV, nos termos aprovados no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech. Como havia créditos aptos ao recebimento na data da emissão e outros que, por variadas razões, estavam sub judice e, portanto, inaptos ao recebimento, se fez necessário adotar medidas para a satisfação tanto dos créditos aptos quanto dos créditos inaptos. Uma das referidas medidas fora a subscrição dos Bônus emitidos por Sociedade pertencente ao Grupo Lupatech, distinta da Emissora, para (i) na medida em que os credores ilíquidos se tornarem líquidos, operar-se-á a dação em pagamento dos valores mobiliários ora emitidos contra o crédito detido por referidos credores; e (ii) viabilizar a substituição de parte das notes em posse dos credores estrangeiros da Companhia, conforme deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial e acatado pela Câmara Reservada de Falência e Recuperação Judicial de Nova Iorque. Sendo assim, o objetivo final da emissão dos Bônus é viabilizar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech e o tratamento equânime de todos os credores sujeitos à Recuperação Judicial do Grupo Lupatech.

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	03/03/2021
Data de vencimento	28/10/2025
Quantidade	947.975
Unidade	
Valor total	94.797.500,00
R\$	
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Para cada R\$100,00 (cem reais) em Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, será subscrito e integralizado um Bônus, observados os montantes a serem trocados por Bônus nos termos do Plano de Recuperação Judicial e admitida a aproximação ao número inteiro de Bônus imediatamente superior ao valor do crédito. A integralização dos Bônus adquiridos pelos acionistas será feita em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente da Emissora indicado no Boletim de Subscrição, em até 02 (dois) dias úteis após o fim do prazo para aquisição de Sobras ("Data de Integralização"). Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por Ação. De modo a conciliar o Período de Exercício dos Bônus de Subscrição com os prazos aplicáveis ao aumento de capital, o Conselho de Administração da Emissora continuará se reunindo mensalmente, até o último dia do mês, para verificar a quantidade de Bônus exercidos até o último dia do mês antecedente de cada reunião, e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrição, sendo a última realizada no mês imediatamente subsequente ao término do Período de Exercício ("Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital") A falta de pagamento tempestivo implicará o cancelamento do Boletim de Subscrição. As Ações emitidas nas Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital serão entregues aos subscritores em até 30 (trinta) dias corridos contados da realização da Reunião do Conselho de Administração para Aumento de Capital, respeitado os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e pelo Bradesco.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Subscrição e integralização: Os Bônus deverão ser subscritos e integralizados, fora do âmbito da B3, pelo preço de subscrição correspondente ao seu Valor Nominal Unitário, sem atualização monetária, juros ou outros encargos. Os Bônus deverão ser integralizados à vista com Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial da Emissora e seus Aditivos, ou com créditos detidos pelas sociedades que compõem o Grupo Lupatech como subsidiária integral, controladas ou coligadas (“Controladas da Emissora”), respeitado o exercício do Direito de Preferência pelos atuais acionistas da Emissora, sendo que, nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, as importâncias por eles pagas em moeda corrente nacional serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado. Os Bônus que não forem subscritos, bem como os Bônus subscritos que não forem integralizados nos termos e condições estabelecidos nesta ata, poderão, a livre critério da Emissora, ser cancelados, sendo, o cancelamento de Bônus, obrigatoriamente, homologado em reunião do Conselho de Administração da Emissora, a ser realizada após a Data de Integralização (conforme definido abaixo) e divulgado ao mercado.
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (4ª Emissão)
Data de emissão	06/07/2023
Data de vencimento	15/08/2024
Quantidade Unidade	6.920
Valor total R\$	5.605.200,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	A Emissão se justifica pela necessidade de a Companhia obter recursos adicionais para a consecução do seu plano de negócios. Os Bônus deverão ser integralizados em dinheiro, ou mediante créditos derivados de remuneração pró-labore e/ou honorários advocatícios, ou em créditos decorrentes de mútuos e/ou adiantamentos realizados em conexão com a Operação detidos contra a Companhia. Todos os créditos devem ser validados junto a Companhia, bem como ser líquidos, certos, reconhecidos e não serem objeto de litígio, estando expressamente excluídos os créditos sujeitos à recuperação judicial.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes

Os Bônus darão direito, cada um, à subscrição única e simultânea de 1.000 (mil) ações da Companhia (“Quantidade de Ações por Bônus”) por ocasião do seu exercício, que deverá ocorrer no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados do encerramento (i) do exercício do direito de preferência ou (ii) da subscrição pelos Proponentes ou (iii) do rateio de sobras, o que ocorrer por último. Os Bônus de Subscrição serão exercíveis em janelas quinzenais, podendo o exercício ser realizado a critério do titular dos Bônus dentro de cada janela quinzenal, no prazo de exercício dos Bônus que será de até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados do encerramento (i) do exercício do direito de preferência ou (ii) da subscrição pelos Proponentes ou (iii) do rateio de sobras, o que ocorrer por último. O valor total será no valor mínimo de R\$ 560.520,00 e valor máximo de R\$ 5.605.200,00. Os recursos captados por meio da Emissão e do subsequente exercício dos Bônus de Subscrição serão de livre disponibilidade para a Companhia, podendo ser utilizados para, e sem se limitar a, aplicação no capital de giro, investimentos, gastos ordinários ou amortização de dívidas.

Considerando a homologação final, que alcançou, o montante de R\$ 5.605.200,00 (cinco milhões e seiscentos e cinco mil e duzentos reais), sendo emitidos 6.920 (seis mil e novecentos e vinte) Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Destes, 6.209 foram subscritos no período estabelecido para os Proponentes e 711 foram subscritos durante o período do direito de preferência. Registra-se, portanto, que os Proponentes subscreveram o montante total de 6.239 (seis mil e duzentos e trinta e nove) Bônus, com valor nominal unitário de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais) por Bônus (“Valor Nominal Unitário”), totalizando o montante de R\$ 5.053.590 (cinco milhões e cinquenta e três mil e quinhentos e noventa reais). Os Bônus de Subscrição serão exercidos em janelas quinzenais, conforme cronograma divulgado, sendo que o último dia de exercício é 15 de agosto de 2024, podendo ser prorrogado por 180 (cento e oitenta) dias, condizente com a RCA 025/2023 e, neste caso, a Companhia irá informar o mercado com antecedência. Os Bônus serão extintos de pleno direito se não forem exercidos até 15 de agosto de 2024.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures Conversíveis	0	2	2
Bônus de Subscrição	32	1252	1284

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários, admitidos à negociação, i.e., as ações ordinárias, são negociadas no segmento Novo Mercado da B3. Os *Bonds*, Bônus de Subscrição e as Debêntures não são admitidas à negociação em nenhum mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

Rafael Gorenstein

Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

LUPATECH S.A.
CNPJ nº 89.463.822/0001-12
NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Sr. Rafael Gorenstein, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 31 de maio de 2023.



RAFAEL GORENSTEIN

Diretor Presidente e de Relações com Investidores